

53

BOLETIM TRIMESTRAL
informação reportada ao
quarto trimestre de 2021

CENTRO

DE PORTUGAL



ccdrc

comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro

53

**BOLETIM
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao
quarto trimestre de 2021

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Março de 2022
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns dados da informação conjuntural
encontra-se também em
<http://datacentro.ccdrc.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
DE PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registrado
- 13 Empresas
- 15 Comércio Internacional de Bens
- 18 Turismo
- 20 Construção e Habitação
- 23 Preços e Consumo Privado
- 25 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No quarto trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 5,8%. Esta variação foi determinada pelo contributo positivo da procura interna e da procura externa líquida, que contrariou a evolução do trimestre anterior em consequência da aceleração das exportações em volume. A taxa de desemprego nacional atingiu os 6,3%. O nível de preços aumentou 2,4% face ao trimestre homólogo, sendo a maior variação da última década. A confiança dos consumidores piorou em terreno negativo, mas o indicador de clima económico permaneceu positivo e voltou a aumentar face aos trimestres anteriores.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, o mercado de trabalho regional continuou a melhorar. As taxas de atividade e emprego aumentaram e a taxa de desemprego diminuiu, mantendo-se como a mais baixa a nível nacional, a par com o Alentejo. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem cresceu face a igual período do ano anterior.

No setor empresarial da região assistiu-se a um aumento significativo das empresas constituídas e a uma redução expressiva das ações de insolvência face ao período homólogo. Os empréstimos concedidos às empresas decresceram ligeiramente em termos homólogos reais. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda, observando o valor mais baixo dos últimos 14 anos. Na construção assistiu-se a uma variação positiva das construções novas e dos novos fogos licenciados para habitação familiar face a igual período do ano anterior. Por oposição, o total de obras concluídas e de edifícios licenciados decresceu. Os empréstimos à habitação vencidos continuaram a registar quebras significativas e o seu peso no total dos concedidos foi novamente o mais reduzido dos últimos 12 anos. A avaliação bancária da habitação na região voltou a observar o valor mais elevado da última década.

A atividade turística continuou a crescer na região e no país, o que já sucede há três trimestres consecutivos, parecendo denotar alguma recuperação do setor muito afetado pelos efeitos da pandemia por COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico voltaram a observar aumentos homólogos significativos. Já a estada média na região manteve-se face a igual período do ano anterior, por contraste com a do país que aumentou.

No comércio internacional, na Região Centro, continuou a assistir-se a aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens, o que se verifica há pelo menos um ano. O crescimento do mercado intracomunitário foi o que mais justificou a variação regional das saídas de bens. No caso das entradas de bens, o maior contributo teve origem no mercado extracomunitário.

A quase totalidade dos indicadores representativos do consumo privado continuaram a observar evoluções favoráveis na região. Já o Índice de Preços no Consumidor aumentou muito significativamente no Centro atingindo 2,4%, sendo este crescimento o mais elevado desde o último trimestre de 2012.

No PORTUGAL 2020, a 31 de dezembro de 2021, estavam aprovados 8,0 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,1 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 418,7 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O CENTRO 2020 era o programa operacional com mais relevância no território, sendo responsável por 30% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando 49% dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada na região (68%).

ENQUADRAMENTO NACIONAL

5,8%

foi a variação
homóloga real do PIB

2,4%

foi a taxa de inflação
homóloga

No quarto trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 5,8%. Esta variação foi determinada pelo contributo positivo da procura interna e da procura externa líquida, que contrariou a evolução do trimestre anterior em consequência da aceleração das exportações em volume. A taxa de desemprego nacional atingiu os 6,3%. O nível de preços aumentou 2,4% face ao trimestre homólogo, sendo a maior variação da última década. A confiança dos consumidores piorou em terreno negativo, mas o indicador de clima económico permaneceu positivo e voltou a aumentar face aos trimestres anteriores.

No quarto trimestre de 2021, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga¹ de 5,8% (4,4% no trimestre anterior). Esta evolução real do PIB foi determinada pelo contributo positivo da procura interna (4,9 pontos percentuais), superior ao do período anterior, e da procura externa líquida (0,9 pontos percentuais), cujo contributo tinha sido negativo no trimestre precedente (-0,3 pontos percentuais).

Assim, a procura interna aumentou 4,8% em termos homólogos reais, após um crescimento de 4,7% no trimestre precedente. Esta variação homóloga resultou da aceleração do consumo das famílias (5,3%, face a 4,0% no trimestre anterior), do aumento do consumo público (3,1%) e do abrandamento do investimento (5,1%, que compara com um crescimento homólogo de 7,8% no período antecedente).

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	5,8	4,4	16,5	-5,3	-6,8	4,9	-8,4
Procura interna	v. h. (%)	4,8	4,7	15,7	-3,7	-3,2	5,0	-5,6
Consumo das famílias	v. h. (%)	5,3	4,0	19,0	-7,8	-5,8	4,5	-7,3
Formação bruta de capital	v. h. (%)	5,1	7,8	12,3	4,1	0,4	7,2	-5,7
Taxa de investimento	%	18,5	18,4	19,0	20,1	18,7	19,0	18,6
Exportações	v. h. (%)	15,8	11,9	42,9	-7,5	-14,4	13,0	-18,6
Importações	v. h. (%)	12,8	12,1	37,3	-3,6	-6,2	12,8	-12,1
VAB	v. h. (%)	4,8	3,6	14,9	-4,1	-4,9	4,4	-7,2
Taxa de desemprego**	%	6,3	6,1	6,7	7,1	7,3	6,6	7,0
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	2,4	1,5	0,8	0,4	-0,2	1,3	0,0
Indicador de confiança dos consumidores	%	-16,5	-12,9	-14,2	-23,0	-26,2	-16,7	-23,9
Indicador de clima económico	%	2,0	1,7	0,4	-1,4	-0,8	0,7	-1,3
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,144	1,179	1,206	1,206	1,193	1,184	1,141
	v. h. (%)	-4,1	0,8	9,5	9,4	7,7	3,7	1,9

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

** Os dados trimestrais de 2021 respeitam à nova série do Inquérito ao Emprego de 2021 e os dados anteriores, apurados na série de 2011, foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando a comparação direta entre estas duas séries.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

O contributo positivo da procura externa líquida para a variação homóloga real do PIB registado neste trimestre foi determinado, sobretudo, pela aceleração das exportações em volume. Assim, as exportações apresentaram uma variação homóloga real de 15,8% (após um aumento de 11,9% no trimestre precedente), influenciada pelo crescimento das exportações de bens (4,4%) e dos serviços (51,4%, taxa que ainda reflete o efeito base das expressivas diminuições registadas em 2020 devido à pandemia COVID-19, nomeadamente nos fluxos de turismo). As importações de bens e serviços aumentaram 12,8% em termos homólogos reais (contra uma variação de 12,1% no período anterior), tendo ambas as componentes registado variações positivas (9,7% nos bens e 29,7% nos serviços).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 4,8% em termos homólogos reais (que compara com 3,6% no trimestre anterior). Neste período, todos os ramos de atividade apresentaram variações positivas destacando-se, com os crescimentos homólogos reais mais elevados, o “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (12,1%) e os “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (10,8%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional foi de 6,3%, no quarto trimestre de 2021, valor superior em 0,2 pontos percentuais ao do trimestre anterior e inferior em 1,0 ponto percentual ao do trimestre homólogo de 2020. Estimavam-se 330,6 mil desempregados no país, o que traduz um aumento trimestral do desemprego de 11,9 mil pessoas e um decréscimo homólogo de 42,6 mil indivíduos. Deste volume de pessoas desempregadas no quarto trimestre de 2021, 19,0% estavam empregadas no trimestre anterior, 30,2% transitaram da situação de inatividade para o desemprego neste trimestre e 50,9% já estavam desempregadas no período anterior. Quase metade destes indivíduos já anteriormente desempregados (46,8%), mantiveram-se como desempregados de longa duração (há 12 e mais meses).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre aumentou 2,4% na comparação homóloga. Esta é a maior variação dos preços a nível nacional da última década. Todas as 12 classes de consumo registaram um aumento dos preços destacando-se, com aumentos acima da média nacional, os “transportes” (7,7%), a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (3,2%) e o “lazer, recreação e cultura” (2,4%). A classe do “vestuário e calçado” (0,1%) registou o crescimento homólogo menos elevado.

As expectativas dos consumidores, avaliadas pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, pioraram face aos trimestres anteriores, tornando-se ainda mais negativas neste período. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, manteve-se positiva e voltou a aumentar dando continuidade à tendência de recuperação iniciada no segundo trimestre de 2021, após quatro trimestres consecutivos negativos.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu 4,1% relativamente ao trimestre homólogo, invertendo a tendência de subida da cotação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2020. Note-se que esta desvalorização do euro se traduz num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

59,0%

foi a taxa de atividade na região

5,5%

foi a taxa de desemprego regional

O mercado de trabalho regional continuou a melhorar no quarto trimestre de 2021. Na Região Centro, as taxas de atividade e emprego aumentaram e a taxa de desemprego diminuiu, mantendo-se como a mais baixa a nível nacional, a par do Alentejo. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem cresceu face a igual período do ano anterior.

No primeiro trimestre de 2021, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego (IE)⁵, que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringe a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.

Face à introdução das modificações mencionadas e para que seja possível continuar a realizar análises longitudinais, o INE divulgou séries retrospectivas desde o 1.º trimestre de 2011 compatibilizadas com a nova série.

No quarto trimestre de 2021, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶, na Região Centro, foi de 59,0%, representando um aumento de 2,9 pontos percentuais face ao período homólogo. Ainda assim, esta taxa regional foi ligeiramente inferior à média nacional, que se cifrou nos 59,8%. A taxa de atividade dos homens, como habitual, foi mais elevada que a das mulheres (63,2% contra 55,2%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.135,1 mil indivíduos, aumentando 6,2% face a igual período do ano anterior e dando continuidade ao comportamento positivo ocorrido durante o ano de 2021. Já os inativos⁸ totalizavam 819,7 mil indivíduos, representando uma diminuição de 3,4% face ao trimestre homólogo. A evolução homóloga dos inativos deveu-se à diminuição dos domésticos (-12,5%), sendo contrariada pela variação positiva dos estudantes (16,0%) e marginalmente dos reformados (0,7%).

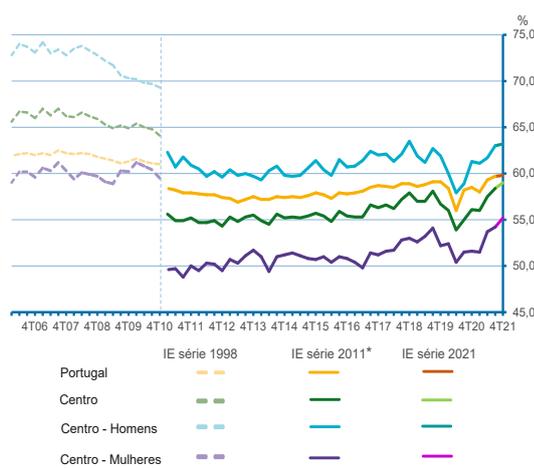
⁵ Os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2021 respeitam à nova série de 2021 e os dados trimestrais anteriores, apurados na série de 2011 (primeiro trimestre de 2011 ao quarto trimestre de 2020), foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando, assim, a comparação direta entre estas duas séries. Ambas as séries (2021 e 2011) continuam a não ser diretamente comparáveis com a série de 1998 (primeiro trimestre de 1998 ao quarto trimestre de 2010), configurando assim uma quebra de série.

⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁷ Para as séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

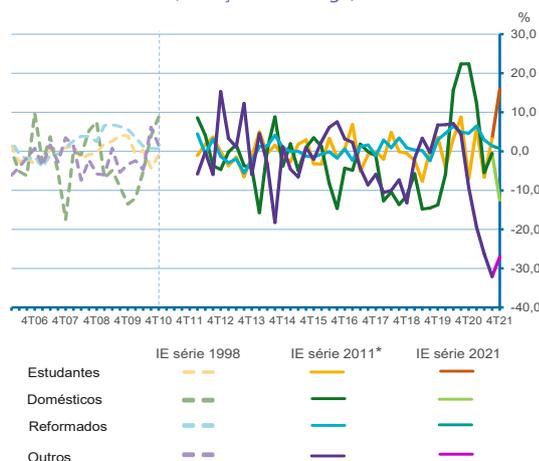
⁸ A população inativa é o conjunto de indivíduos com idade inferior a 16 anos, superior a 89 anos, dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, não podiam ser considerados ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados.

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

População inativa no Centro por condição perante o trabalho
(variação homóloga)⁹



⁹ Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021) e da série de 2011 (compatibilizada), a rubrica “Estudantes” passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica “Outros”. Já a rubrica “Reformados” compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em “Outros”.

* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020
		média trimestral						
Taxa de atividade								
Portugal	%	59,8	59,7	59,3	58,0	58,5	59,2	57,8
Centro	%	59,0	58,4	57,5	56,0	56,1	57,7	55,3
	v. h. (p.p.)	2,9	3,4	3,6	0,0	-0,6	2,4	-1,9
População ativa – Centro	milhares	1.135,1	1.120,8	1.101,3	1.071,4	1.068,9	1.107,2	1.053,4
	v. h. (%)	6,2	7,0	7,0	0,3	-0,8	5,1	-3,1
População inativa – Centro	milhares	819,7	828,3	843,5	869,6	848,9	840,3	868,4
	v. h. (%)	-3,4	-5,1	-5,7	1,4	1,4	-3,2	4,4
Estudantes	milhares	165,5	161,3	150,4	161	142,7	159,6	152,9
	v. h. (%)	16,0	3,3	-6,6	6,2	-7,1	4,4	0,1
Domésticos	milhares	90,3	97,4	92	95,3	103,2	93,7	95,8
	v. h. (%)	-12,5	-0,5	-5,4	12,4	22,4	-2,2	13,2
Reformados	milhares	449,4	452,9	465,3	464,5	446,3	458,0	445,3
	v. h. (%)	0,7	1,4	2,9	6,5	4,6	2,9	5,1
Outros	milhares	114,4	116,6	135,8	148,8	156,7	128,9	174,3
	v. h. (%)	-27,0	-32,1	-26,3	-19,4	-9,3	-26,0	2,2

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no quarto trimestre de 2021, foi de 55,7%, o que traduziu um aumento de 3,0 pontos percentuais face ao trimestre homólogo. Manteve-se o comportamento positivo observado durante todo o ano 2021, que havia invertido mais de um ano de diminuições homólogas sucessivas. Esta taxa regional foi ligeiramente inferior à média nacional (56,0%), mas superior à observada no período anterior (55,3%).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.072,3 mil indivíduos, o que representou um aumento de 6,8% face ao mesmo período do ano anterior, consolidando o comportamento positivo registado desde o início do ano de 2021. Das categorias de empregados analisadas, apenas o emprego do setor secundário observou uma contração homóloga (-1,8%). Todas as restantes categorias registaram aumentos homólogos, tendo os mais significativos ocorrido no emprego do setor primário (38,8%), nos empregados dos 16 aos 24 anos (26,0%) e no emprego feminino (7,6%).

Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o acréscimo da população empregada no trimestre, uma vez que representando quase 83% desta, aumentaram 2,5% em termos homólogos. Este aumento manteve o comportamento positivo verificado nos dois trimestres precedentes, que havia interrompido a trajetória de quebra observada há

¹⁰ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população em idade ativa. Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

mais de um ano (com exceção do último trimestre de 2020). No quarto trimestre de 2021, a evolução dos trabalhadores por conta de outrem foi explicada de forma mais significativa pelos acréscimos nos trabalhadores que possuem o ensino superior como habilitação, nos contratados com termo e nos que desempenham as suas funções a tempo completo.

Também os trabalhadores por conta própria explicaram o crescimento da população empregada observado no trimestre, tendo registado um aumento expressivo de 24,3% face ao período homólogo, intensificado a variação positiva verificada durante o ano de 2021. Esta evolução homóloga resultou da variação muito positiva ocorrida nos empregadores (33,8%) e nos trabalhadores isolados (18,9%).

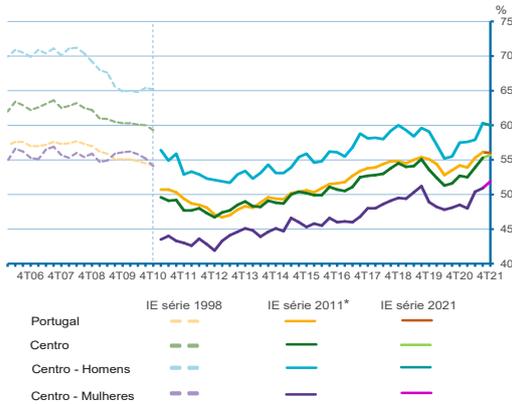
Importa também referir, pela sua atual relevância que, neste trimestre, a proporção da população empregada na região que trabalhou sempre ou quase sempre a partir de casa¹¹ com recurso a tecnologias de informação e comunicação, isto é, em teletrabalho, foi de 6,2%, abrangendo 66,0 mil pessoas. Entre os que trabalharam maioritariamente em casa, 57,0% foi devido à pandemia COVID-19.

¹¹ Este indicador é calculado pelo INE a partir de informação recolhida no módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego.

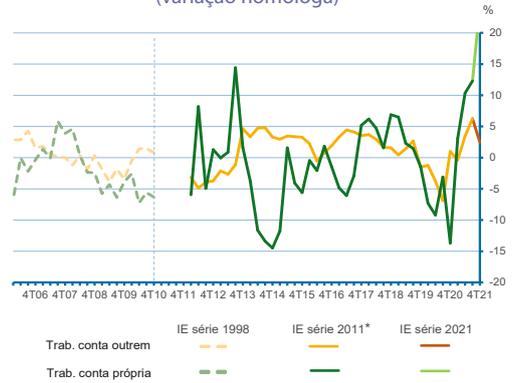
Quadro 3 – Emprego		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020	
								média trimestral	
Taxa de emprego									
Portugal	%	56,0	56,1	55,3	53,9	54,2	55,3	53,8	
Centro	%	55,7	55,3	53,9	52,5	52,7	54,4	52,0	
	v. h. (p.p.)	3,0	3,7	2,6	0,1	-0,9	2,4	-2,2	
População empregada – Centro		milhares	1.072,3	1.061,8	1.033,5	1.005,1	1.003,7	1.043,2	991,5
	v. h. (%)	6,8	8,0	5,6	0,5	-1,5	5,2	-3,8	
Homens	v. h. (%)	6,1	10,1	5,7	1,4	-2,4	5,8	-4,3	
Mulheres	v. h. (%)	7,6	5,9	5,4	-0,5	-0,5	4,6	-3,3	
16 - 24 anos	v. h. (%)	26,0	21,5	40,7	-7,7	-31,0	18,1	-28,4	
25 - 44 anos	v. h. (%)	1,8	3,6	-1,1	-3,9	-0,2	0,1	-2,7	
45 - 89 anos	v. h. (%)	9,8	10,9	8,9	5,3	1,0	8,7	-1,8	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	38,8	20,6	-4,8	3,4	-13,4	12,6	-16,3	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-1,8	-5,3	3,4	-1,2	3,2	-1,2	3,3	
Serviços	v. h. (%)	9,5	13,8	7,2	1,1	-3,0	7,9	-6,2	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	888,7	882,1	867,2	843,4	867,3	870,4	845,6
	v. h. (%)	2,5	6,3	3,4	-0,4	1,0	2,9	-2,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	3,9	5,4	3,1	-1,5	2,0	2,7	-0,3	
Contratos com termo	v. h. (%)	6,1	9,8	3,7	3,4	-10,4	5,6	-12,7	
Tempo completo	v. h. (%)	3,6	7,9	4,6	-0,4	0,1	3,9	-3,0	
Tempo parcial	v. h. (%)	-12,3	-19,2	-12,5	-0,3	13,8	-10,7	1,2	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	-5,9	
Básico	v. h. (%)	-8,1	-4,8	-8,4	-5,2	-7,7	-6,7	-5,7	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	0,9	8,4	2,7	-4,4	1,9	1,8	-0,9	
Superior	v. h. (%)	17,0	21,4	23,8	12,6	13,6	18,7	-0,4	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	167,6	164,5	152,4	155	134,8	159,9	142,4
	v. h. (%)	24,3	12,3	10,4	3,1	-13,7	12,3	-8,4	
Isolados	v. h. (%)	18,9	17,4	7,0	3,7	-16,6	11,5	-11,6	
Empregadores	v. h. (%)	33,8	4,5	16,2	1,9	-8,2	13,6	-2,4	

x: Não disponível

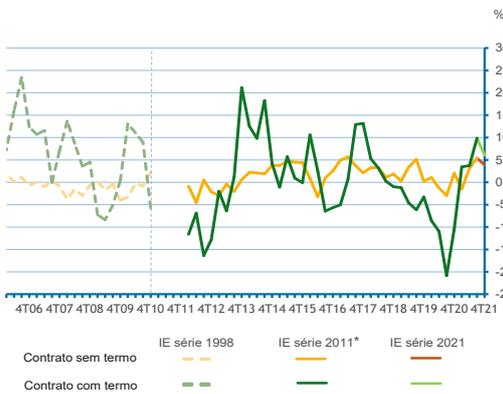
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



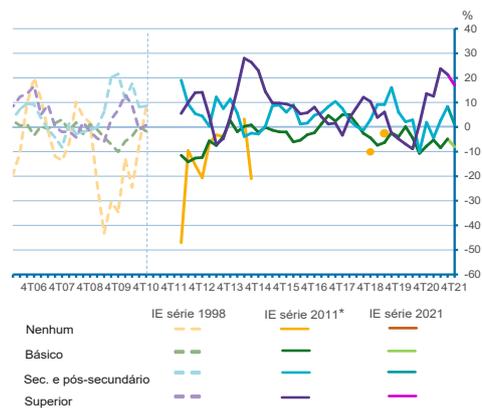
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)¹²



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹³



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

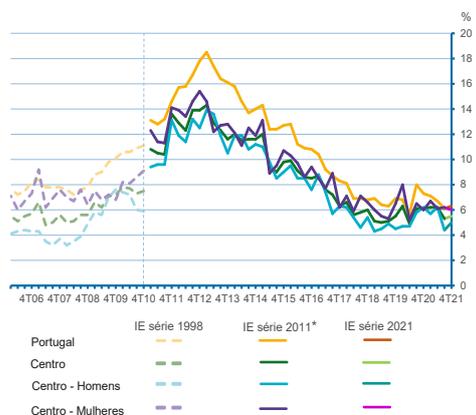
¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro fixou-se nos 5,5%, no quarto trimestre de 2021, traduzindo uma diminuição homóloga de 0,6 pontos percentuais. Esta taxa, permaneceu inferior à média nacional, que foi de 6,3% e manteve-se como a menor entre as sete regiões portuguesas, a par do Alentejo. A taxa de desemprego regional das mulheres igualou a do trimestre homólogo, mas manteve-se acima da dos homens (que registou neste trimestre uma quebra significativa de 1,2 pontos percentuais em termos homólogos).

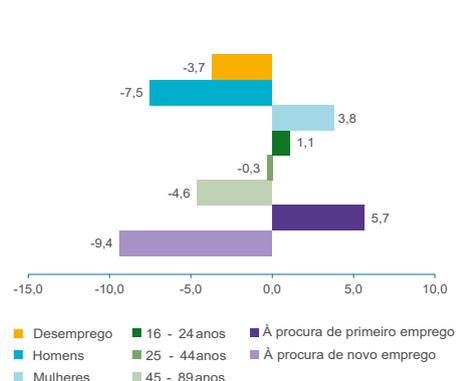
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 62,8 mil indivíduos, o que representou um decréscimo homólogo de 3,7%. Das categorias de desempregados analisadas, registaram-se significativas quebras homólogas nos desempregados há menos de 12 meses (que diminuiram 40,1%), nos homens desempregados (que decresceram 14,5%), nos desempregados dos 45 aos 89 anos (que se reduziram em 12,0%) e nos desempregados à procura de novo emprego (que se contraíram em 10,8%). Os desempregados dos 25 aos 44 anos observaram uma variação ligeiramente negativa e nas restantes categorias verificaram-se crescimentos homólogos.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no quarto trimestre de 2021 (%)



Quadro 4 – Desemprego		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	6,3	6,1	6,7	7,1	7,3	6,6	7,0	
Centro	%	5,5	5,3	6,2	6,2	6,1	5,8	5,9	
	v. h. (p.p.)	-0,6	-0,8	1,3	-0,1	0,6	-0,1	0,7	
Homens	%	5,0	4,4	6,2	5,7	6,2	5,3	5,3	
Mulheres	%	6,0	6,2	6,1	6,7	6,0	6,3	6,4	
16 - 24 anos	%	24,3	22,5	x	x	27,9	20,4	25,2	
25 - 44 anos	%	4,8	x	x	x	5,0	5,8	5,1	
45 - 89 anos	%	3,8	x	4,7	4,1	4,7	4,0	4,3	
População desempregada – Centro		milhares	62,8	59,0	67,8	66,4	65,2	64,0	61,9
	v. h. (%)	-3,7	-8,2	34,0	-1,6	10,5	3,4	9,9	
Homens	v. h. (%)	-14,5	-17,9	43,8	24,2	35,3	5,7	12,7	
Mulheres	v. h. (%)	7,9	0,0	25,0	-17,0	-7,6	1,2	7,7	
16 - 24 anos	v. h. (%)	4,2	7,9	x	x	46,9	-9,9	39,4	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-0,8	x	x	x	-1,2	13,8	-0,4	
45 - 89 anos	v. h. (%)	-12,0	x	70,9	0,5	6,0	0,9	7,3	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	41,6	150,0	-23,2	-35,5	0,0	18,7	x	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-10,8	-17,1	41,1	2,7	12,6	1,6	11,4	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-40,1	-29,8	-2,2	4,6	10,3	-37,7	17,4	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	60,6	45,1	125,2	-13,5	10,8	89,5	-2,9	

x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio na Região Centro fixou-se nos 963 euros, resultado de um crescimento homólogo real de 2,5%, dando continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2017. No entanto, este valor regional manteve-se abaixo da média nacional, que conheceu um acréscimo homólogo real de 2,0%, cifrando-se, neste trimestre, nos 1.011 euros.

Quadro 5 – Salários		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1.011	1.012	1.003	982	968	1.002	951
	v. h. real (%)	2,0	4,4	4,6	5,3	6,3	4,0	4,6
Centro	€	963	969	930	919	918	945	889
	v. h. real (%)	2,5	6,4	4,6	6,7	8,3	5,0	4,6

DESEMPREGO REGISTRADO

-12,8%

foi o decréscimo homólogo dos desempregados registados nos centros de emprego da Região Centro

73

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

No quarto trimestre de 2021, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro atingiram um novo mínimo desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal, dando continuidade ao comportamento de quebra registado nos dois trimestres precedentes. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de contração observada há já um ano. As colocações realizadas pelo IEFP aumentaram ligeiramente face ao período homólogo.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 57,55 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, representando um novo mínimo histórico desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal. Este número de desempregados reflete uma diminuição homóloga de 12,8%, mantendo a trajetória verificada nos dois trimestres anteriores, que influiu os significativos aumentos homólogos observados desde o segundo trimestre de 2020 (período em que se começou a assistir às consequências na atividade económica das medidas restritivas, impostas em Portugal, para combater ao surto pandémico da doença COVID-19).

Também os novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região diminuíram em 11,4%. Esta redução homóloga dos novos desempregados deu continuidade ao comportamento decrescente verificado há já um ano (que havia também invertido um ano de acréscimos homólogos sucessivos). Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 285 novos desempregados, aproximadamente menos 37 do que no trimestre homólogo.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, um ligeiro aumento homólogo (1,3%), retomando o comportamento positivo verificado desde o início de 2021, apenas interrompido no trimestre anterior. Em termos médios, ocorreram cerca de 73 colocações por dia (aproximadamente mais uma do que em igual período do ano anterior).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	57,55	59,90	64,37	69,48	66,02	62,83	65,37
	v. h. (%)	-12,8	-13,3	-6,8	21,3	22,2	-3,9	17,8
Novos desempregados**	milhares	25,69	26,29	21,15	25,38	29,01	24,63	28,92
	v. h. (%)	-11,4	-9,4	-25,6	-13,1	4,2	-14,8	9,8
Colocações do IEFP**	milhares	6,53	8,62	8,65	7,51	6,44	7,83	7,03
	v. h. (%)	1,3	-0,6	53,9	1,6	-4,1	11,3	-9,6

* valores médios trimestrais

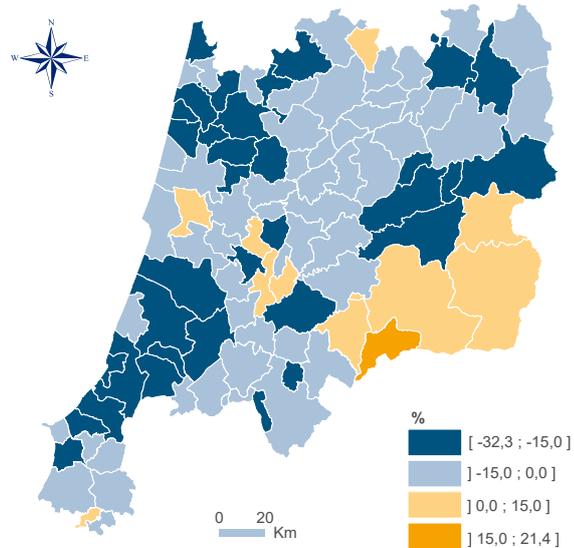
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em 89 municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas, Anadia (-32,3%), Pinhel (-29,8%), Nazaré (-28,9%) e Batalha (-28,5%), e nos restantes 11 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 10%, os municípios de Vila Velha de Ródão (21,4%), Castelo Branco (12,8%) e Pedrógão Grande (11,9%).

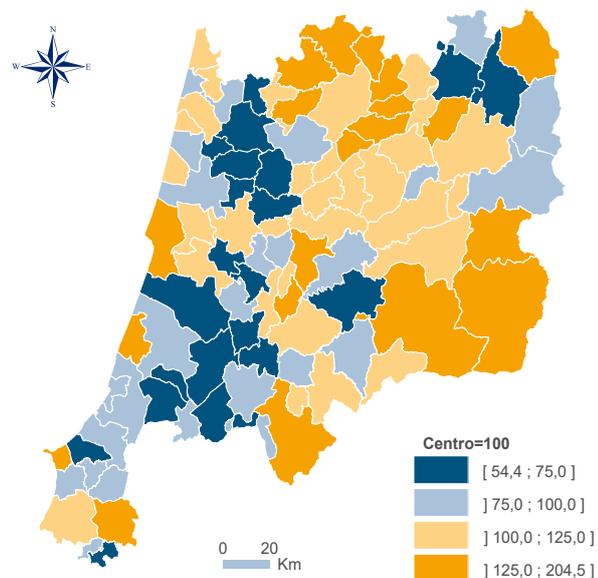
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{município}}}{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{RC}}} * 100$, sendo determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2020.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 49 dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Penela (54,4) e Anadia (54,9). Dos 51 municípios com índices superiores à média regional, destacava-se, por corresponder a mais do dobro dessa média, o município de Idanha-a-Nova (204,5).

Variação homóloga do desemprego registado por município no quarto trimestre de 2021



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no quarto trimestre de 2021¹⁵



EMPRESAS

15,6%
foi o crescimento
homólogo das
constituições de
empresas na região

2,5%
foi o valor mais
baixo dos últimos
14 anos do peso
dos empréstimos
vencidos no total dos
concedidos

No quarto trimestre de 2021, assistiu-se a um aumento significativo das empresas constituídas e a uma redução expressiva das ações de insolvência, face ao período homólogo, na Região Centro e em Portugal. Os empréstimos concedidos às empresas decresceram ligeiramente em termos homólogos reais. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda, observando o valor mais baixo dos últimos 14 anos.

Na região, constituíram-se 1.691 novas empresas neste trimestre, o que se traduziu num acréscimo de 15,6% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional inverteu o comportamento negativo observado no último ano (com exceção do segundo trimestre de 2021), e acompanhou o total do país, em que o número de novas constituições aumentou em cerca de 18,5%. Em termos médios, foram criadas cerca de 19 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 124 constituídas diariamente no país.

As ações de insolvência¹⁶ de empresas na Região Centro continuaram, pelo segundo trimestre sucessivo, a diminuir muito significativamente em termos homólogos, tendo observado neste trimestre um decréscimo de 21,1%. Este comportamento regional foi acompanhando pelo país em que as ações de insolvência observaram um decréscimo de 14,2%, neste trimestre. A diminuição das insolvências na região inverteu o comportamento de aumento a que se assistiu nos dois primeiros trimestres de 2021, que haviam invertido a trajetória de decréscimo observada nos últimos dois anos. Em Portugal ocorreram cerca de 14 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras registaram, no quarto trimestre de 2021, um ligeiro decréscimo homólogo real de 0,5%. Esta quebra regional acompanhou a evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos diminuiriam marginalmente em 0,1%. A diminuição regional dos empréstimos infletiu o comportamento positivo registado há mais de um ano, após uma década de quebras homólogas consecutivas.

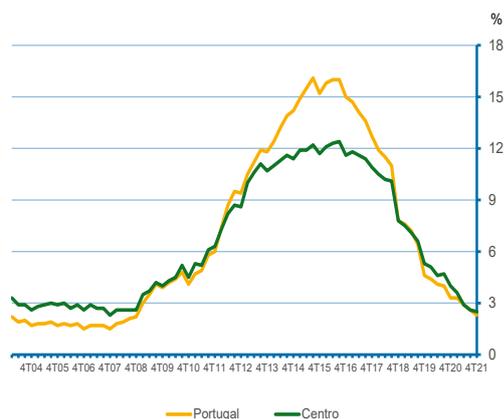
¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, manteve-se em queda face ao trimestre homólogo (tendo diminuído 1,5 e 1,0 pontos percentuais, respetivamente, na região e no país). Deste modo, no quarto trimestre de 2021, este indicador fixou-se nos 2,5% na região, que, apesar de ter ficado ligeiramente acima da média do país (2,3%), observou o valor mais baixo dos últimos 14 anos.

Peso dos empréstimos vencidos das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	11.157	9.819	10.692	9.930	9.412	10.400	9.359	
	v. h. (%)	18,5	-0,8	76,8	-17,8	-15,3	11,1	-23,5	
Centro	número	1.691	1.564	1.661	1.622	1.463	1.635	1.520	
	v. h. (%)	15,6	-11,2	64,8	-12,1	-6,5	7,6	-16,5	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*									
Portugal	milhões €	75.657	76.284	75.992	74.811	73.976	75.686	71.110	
	v. h. real (%)	-0,1	4,2	6,4	10,5	10,6	5,1	3,2	
Centro	milhões €	13.951	13.984	14.025	13.986	13.695	13.986	13.180	
	v. h. real (%)	-0,5	3,1	6,0	11,2	8,9	4,8	1,5	
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*									
Portugal	%	2,3	2,6	2,9	3,3	3,3	2,8	4,0	
Centro	%	2,5	2,6	2,9	3,6	4,0	2,9	4,6	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.230	982	1.405	1.579	1.433	1.299	1.352	
	v. h. (%)	-14,2	-20,0	-2,8	21,1	-11,4	-3,9	-1,9	
Centro	número	191	158	257	284	242	222,5	230	
	v. h. (%)	-21,1	-22,9	13,2	15,9	-22,4	-3,2	-10,5	

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

2,9%

foi o crescimento
homólogo real das
saídas de bens da
região

No quarto trimestre de 2021, na Região Centro, continuou a assistir-se a aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens, o que se verifica há pelo menos um ano. O crescimento do mercado intracomunitário foi o que mais justificou a variação regional das saídas de bens. No caso das entradas de bens o maior contributo teve origem no mercado extracomunitário.

13,1%

foi o acréscimo
homólogo real das
entradas de bens na
região

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁷ de 2,9%, mantendo o crescimento positivo observado há mais de um ano e acompanhando o total nacional, que aumentou 1,1%. Tanto o mercado intracomunitário como o extracomunitário contribuíram para esta evolução regional, tendo o aumento homólogo mais significativo ocorrido nas saídas para os países da União Europeia (3,4%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	16.922,0	15.440,9	15.772,2	15.396,9	14.898,8	15.883,0	13.439,3
	v. h. real (%)	1,1	1,2	40,6	4,8	-0,8	9,9	-7,9
Intracomunitárias	milhões €	12.294,2	10.802,0	11.266,5	11.076,1	10.551,2	11.359,7	9.665,9
	v. h. real (%)	3,7	-1,6	40,8	2,7	-7,9	9,3	-13,7
Extracomunitárias	milhões €	4.627,8	4.638,9	4.505,7	4.320,7	4.347,6	4.523,3	3.773,5
	v. h. real (%)	-5,2	8,6	40,1	10,7	21,9	11,4	11,4
Centro	milhões €	3.338,2	3.122,9	3.171,5	2.987,5	2.888,6	3.155,0	2.584,4
	v. h. real (%)	2,9	6,0	44,0	8,8	4,0	13,5	-6,4
Intracomunitárias	milhões €	2.544,0	2.358,5	2.423,3	2.323,0	2.190,7	2.412,2	1.981,3
	v. h. real (%)	3,4	4,5	45,2	8,1	-0,9	13,2	-10,4
Extracomunitárias	milhões €	794,2	764,3	748,2	664,6	697,9	742,8	603,1
	v. h. real (%)	1,3	11,2	40,1	11,3	23,0	14,5	9,9
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	23.578,3	20.610,0	20.217,5	18.162,6	18.296,8	20.642,1	17.036,4
	v. h. real (%)	13,3	9,4	40,7	-3,7	-5,6	13,2	-11,1
Intracomunitárias	milhões €	17.239,6	14.794,6	15.117,8	13.644,6	14.167,3	15.199,2	12.769,2
	v. h. real (%)	7,0	4,5	41,1	-0,5	-5,8	11,3	-12,8
Extracomunitárias	milhões €	6.338,6	5.815,4	5.099,7	4.518,0	4.129,5	5.442,9	4.267,2
	v. h. real (%)	35,0	24,4	39,3	-12,3	-5,0	19,2	-5,7
Centro	milhões €	3.117,7	2.792,7	2.896,9	2.544,2	2.424,1	2.837,9	2.202,7
	v. h. real (%)	13,1	18,1	45,2	9,7	6,5	20,4	-7,0
Intracomunitárias	milhões €	2.339,8	2.082,2	2.217,5	1.996,7	1.955,1	2.159,1	1.724,5
	v. h. real (%)	5,2	11,9	47,6	10,5	4,9	17,0	-8,8
Extracomunitárias	milhões €	777,8	710,4	679,4	547,5	469,0	678,8	478,1
	v. h. real (%)	45,8	40,6	38,2	6,8	13,7	32,7	0,4

* Os valores de 2021 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 93% e 92% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

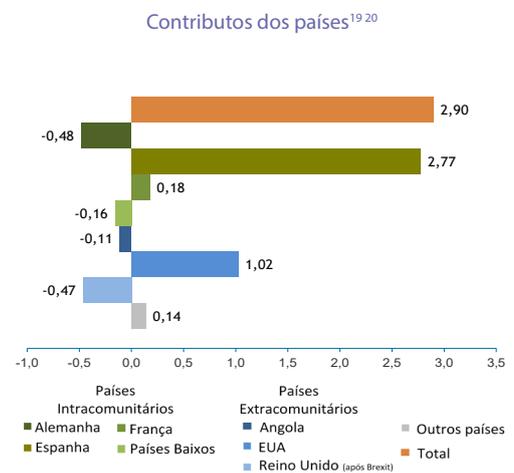
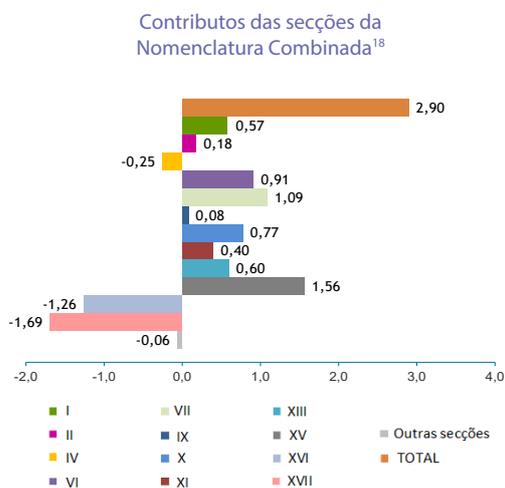
¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 70% e 76% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

²⁰ Atendendo à concretização do *Brexit* ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, nove destas secções analisadas explicaram a evolução positiva regional, destacando-se, com um contributo conjunto de 4,34 pontos percentuais, quatro secções (XV “metais comuns e suas obras”; VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras”; VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” e X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras”). A contrariar este comportamento regional, com um decréscimo homólogo real, encontravam-se apenas três secções XVII “material de transporte” (-1,69%); “XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-1,26%) e IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (-0,25%).

Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constatou-se que foi a Espanha, no mercado intracomunitário, e os EUA, no mercado extracomunitário, que mais justificaram a variação homóloga regional de 2,90%. Ambos os países, em conjunto, contribuíram positivamente em 3,80 pontos percentuais para a variação total. A contrariar mais expressivamente esta evolução regional positiva encontramos a Alemanha, no mercado intracomunitário, e o Reino Unido, no mercado extracomunitário.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no quarto trimestre de 2021 (%)

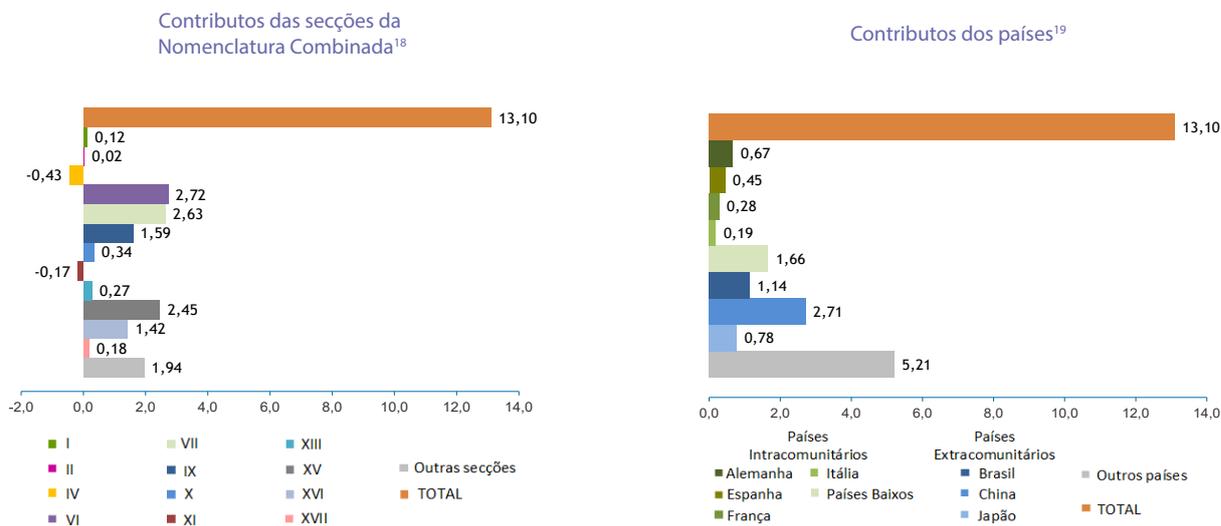


As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um aumento real de 13,1%, dando continuidade ao crescimento observado no último ano e acompanhando o total nacional que aumentou 13,3%. Também nas importações de bens, tanto o mercado intracomunitário como extracomunitário contribuíram positivamente para esta variação regional, sendo que o crescimento homólogo mais relevante ocorreu nas entradas provenientes dos países de fora da União Europeia (45,8%).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 10,81 pontos percentuais, cinco secções (VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas”; VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras”; XV “metais comuns e suas obras”; IX “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”). Apenas duas das secções analisadas contrariaram a evolução positiva registada na região: IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (-0,43%) e XI “matérias têxteis e suas obras” (-0,17%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que todos os países analisados em ambos os mercados contribuíram positivamente para a variação homóloga regional de 13,10%. Dos países com maior relevo, evidenciou-se os Países Baixos, no mercado intracomunitário, e o Brasil e a China, no mercado extracomunitário, que justificaram em conjunto em 5,51 pontos percentuais a variação regional das entradas de bens.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no quarto trimestre de 2021 (%)



TURISMO**1,3 milhões***foram as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região***66 milhões de euros***foram os proveitos desses estabelecimentos*

²¹ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

A atividade turística continuou a crescer na região e no país no quarto trimestre de 2021, o que já sucede há três trimestres consecutivos, parecendo denotar alguma recuperação do setor muito afetado pelos efeitos da pandemia por COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico voltaram a observar na região e no país aumentos homólogos significativos, o que também se explica pela forte recessão do setor no trimestre homólogo. Já a estada média na região manteve-se face a igual período do ano anterior, por contraste com a do país que aumentou.

No quarto trimestre de 2021, o setor do turismo cresceu novamente de forma exponencial, mantendo o comportamento positivo dos dois trimestres precedentes e parecendo evidenciar alguma recuperação face ao período mais severo da pandemia por COVID-19. Estes crescimentos homólogos bastante expressivos da atividade turística devem, contudo, ser analisados com cuidado já que o trimestre homólogo correspondeu a um período de recessão no setor (com quebras superiores a 60%), em resultado da declaração de um novo estado de emergência em Portugal, em 6 de novembro de 2020.

Assim, neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²¹ da Região Centro acolheram 754 mil hóspedes, traduzindo um crescimento de 120,2%. Esta evolução regional deu continuidade ao comportamento crescente observado há dois trimestres consecutivos, que, pela primeira vez desde o início da pandemia em Portugal, infletiram mais de um ano de quebras homólogas sucessivas. Também a média nacional cresceu expressivamente em 155,9%. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o aumento homólogo nos hóspedes foi ainda mais elevado (126,1% na região e de 159,4% no país).

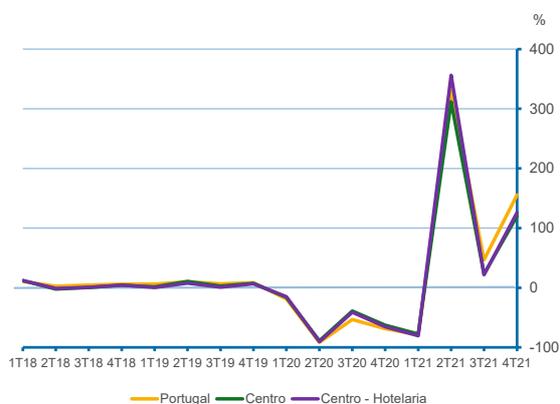
Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento expressivo face ao mesmo período do ano anterior (116,4%), mantendo o comportamento positivo registado desde o segundo trimestre de 2021 que havia invertido a trajetória negativa do último ano, resultante, claramente, dos efeitos da pandemia COVID-19. A nível nacional, o crescimento foi ainda mais significativo (178,0%). Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram acréscimos homólogos reais bastante significativos na região e no país, de 127,4% e 205,9%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o crescimento homólogo real de 119,6% dos proveitos de aposento e que representavam, neste trimestre, cerca de 71% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média manteve-se, face ao trimestre homólogo, nas 1,7 noites na Região Centro, tendo em Portugal aumentado para as 2,5 noites.

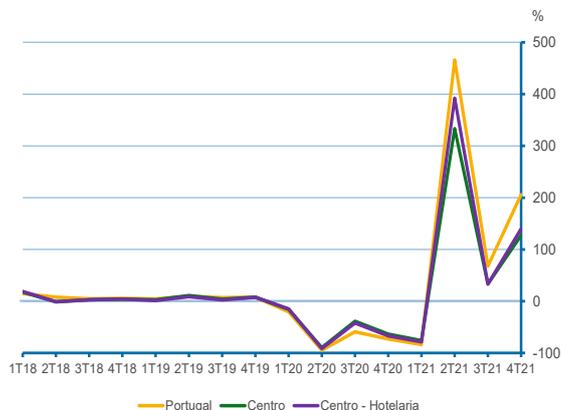
Quadro 9 – Turismo		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	4.703	6.249	2.795	786	1.838	3.633	2.608
	v. h. (%)	155,9	46,8	329,9	-78,7	-68,5	39,3	-61,6
Centro	milhares	754	1.044	528	128	342	613	471
	v. h. (%)	120,2	23,1	311,6	-77,4	-62,7	30,2	-54,3
Hotelaria	milhares	574	758	391	88	254	453	354
	v. h. (%)	126,1	21,9	356,1	-80,6	-65,4	27,9	-56,0
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	11.605	17.673	6.379	1.792	4.174	9.362	6.450
	v. h. (%)	178,0	57,1	347,4	-80,0	-70,1	45,2	-63,2
Centro	milhares	1.288	2.048	879	258	595	1.118	841
	v. h. (%)	116,4	26,4	272,6	-71,6	-60,6	33,1	-52,9
Hotelaria	milhares	958	1.483	635	175	428	813	620
	v. h. (%)	123,8	25,3	319,7	-75,7	-64,0	31,0	-55,0
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	699.472	1.170.830	382.958	77.603	223.362	582.716	361.421
	v. h. real (%)	205,9	67,8	466,0	-83,5	-72,9	59,2	-66,3
Centro	milhares €	65.541	110.168	42.917	10.757	28.151	57.346	41.050
	v. h. real (%)	127,4	33,4	333,4	-76,1	-63,4	38,0	-53,8
Hotelaria	milhares	51.618	81.500	32.297	7.988	21.032	43.351	31.220
	v. h. real (%)	139,7	33,1	392,3	-78,5	-66,9	37,1	-56,4
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,5	2,8	2,3	2,3	2,3	2,6	2,5
Centro	n.º noites	1,7	2,0	1,7	2,0	1,7	1,8	1,8

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2021 são provisórios.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

16,8%

foi o aumento
homólogo dos novos
fogos licenciados para
habitação familiar na
região

-21,5%

foi a diminuição
homóloga real
regional dos
empréstimos à
habitação vencidos,
em queda há cinco
anos

No quarto trimestre de 2021, na Região Centro, assistiu-se a uma variação positiva das construções novas e dos novos fogos licenciados para habitação familiar, face a igual período do ano anterior. Por oposição, o total de obras concluídas e de edifícios licenciados decresceu. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, permaneceu em destaque a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que continuaram a registar quebras significativas e cujo peso no total dos concedidos foi novamente o mais reduzido dos últimos 12 anos. A avaliação bancária da habitação na região continuou a observar o valor mais elevado da última década.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.518 edifícios, o que correspondeu a uma diminuição homóloga de 4,2%, ligeiramente inferior à média nacional (-4,7%). Já os restantes indicadores do licenciamento apresentaram evoluções positivas. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de novos fogos para habitação familiar teve um acréscimo de 16,8% e o licenciamento de construções novas na região cresceu 2,1%. O comportamento regional destes indicadores parece retomar a evolução positiva verificada há um ano e apenas interrompida no trimestre anterior.

Os edifícios concluídos decresceram 3,2%, na região, face a igual período do ano anterior, interrompendo a trajetória positiva registada há mais de um ano. Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar diminuíram 11,7%, em termos homólogos. Já as conclusões de construções novas observaram um ligeiro acréscimo homólogo de 0,4%, dando continuidade ao comportamento positivo observado há mais de um ano. Em termos nacionais, manteve-se a evolução positiva verificada nos últimos quatro anos, com os edifícios concluídos a registar um crescimento homólogo de 2,0%.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no quarto trimestre de 2021, diminuíram ligeiramente (0,9% na região e 0,4% no país, em termos homólogos reais), invertendo a trajetória positiva verificada há mais de um ano. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-21,5%), acompanhando a evolução nacional (-22,7%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há cinco anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu, face ao período homólogo, cifrando-se, em 0,5% na região e no país. O valor regional foi o mais baixo observado nos últimos 12 anos.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 5,6%, em termos homólogos reais, mantendo a trajetória positiva dos últimos cinco anos e situando-se abaixo do crescimento registado para a média do país (8,6%). Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 904 euros (mais 68 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Este valor regional da avaliação bancária é o mais elevado da última década.

Quadro 10 – Construção e Habitação		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020	
								média trimestral	
Edifícios licenciados*									
Portugal	número	5.578	6.120	6.690	6.734	5.852	6.281	5.797	
	v. h. (%)	-4,7	0,5	30,1	10,3	-1,3	8,3	-3,9	
Centro	número	1.518	1.543	1.804	1.784	1.584	1.662	1.566	
	v. h. (%)	-4,2	-8,1	34,0	7,9	-0,8	6,2	-4,1	
Construções novas	número	1.157	1.183	1.349	1.294	1.133	1.246	1.140	
	v. h. (%)	2,1	-3,5	37,5	6,2	2,3	9,3	-0,5	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	16,8	-6,1	15,0	11,4	5,2	8,9	6,0	
Edifícios concluídos* **									
Portugal	número	3.903	3.852	3.701	3.715	3.828	3.793	3.645	
	v. h. (%)	2,0	5,5	3,3	5,6	1,8	4,1	3,8	
Centro	número	1.008	1.024	959	934	1.041	981	964	
	v. h. (%)	-3,2	2,2	4,2	4,7	0,5	1,8	-3,8	
Construções novas	número	816	815	737	754	813	781	748	
	v. h. (%)	0,4	1,2	4,5	12,9	3,2	4,4	0,6	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-11,7	4,1	-1,0	46,1	30,3	5,0	13,2	
Empréstimos concedidos para habitação***									
Portugal	v. h. real (%)	-0,4	0,4	0,5	2,6	2,6	0,8	1,2	
Centro	v. h. real (%)	-0,9	0,0	0,2	2,0	1,8	0,3	1,0	
Empréstimos à habitação vencidos***									
Portugal	v. h. real (%)	-22,7	-20,6	-22,9	-19,8	-18,1	-21,5	-38,5	
Centro	v. h. real (%)	-21,5	-19,1	-21,4	-28,6	-38,3	-23,0	-40,1	
Avaliação bancária da habitação****									
Portugal	€/m ²	1.285,0	1.236,0	1.215,0	1.187,0	1.156,0	1.230,8	1.128,3	
	v. h. real (%)	8,6	8,0	7,8	6,5	6,1	7,7	7,6	
Centro	€/m ²	904,0	876,0	870,0	861,0	836,0	877,8	835,5	
	v. h. real (%)	5,6	3,7	0,6	5,1	2,6	3,7	5,7	

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2019, 2020 e 2021 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

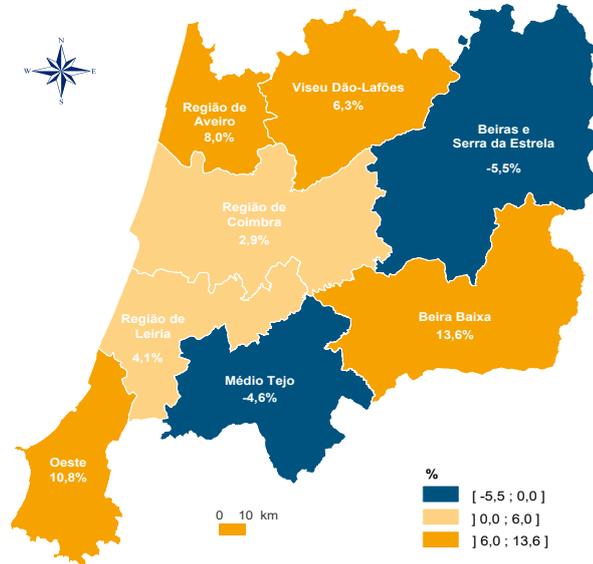
*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**** Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

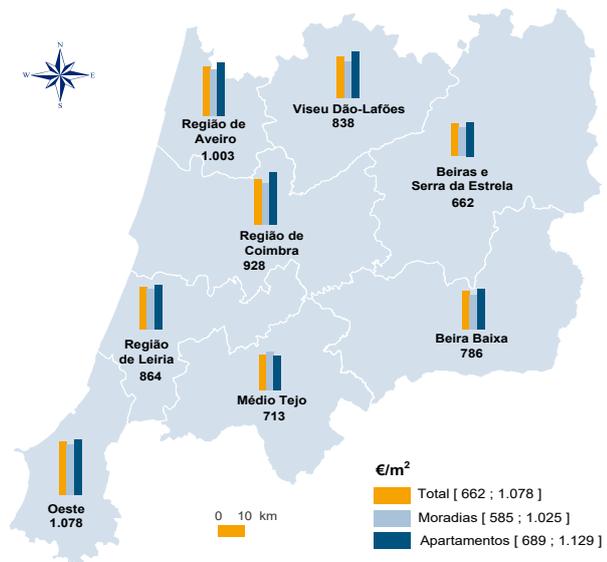
Na maioria das sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas Beira Baixa (13,6%), Oeste (10,8%), Região de Aveiro (8,0%) e Viseu Dão-Lafões (6,3%). Apenas as Beiras e Serra da Estrela e o Médio Tejo observaram diminuições homólogas reais da avaliação bancária.

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 7,5% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e de 4,1% nas moradias. O Oeste manteve-se como a sub-região com a avaliação mais elevada (1.078€/m²) e evidenciou também a valorização mais alta nos apartamentos (1.129€/m²) e nas moradias (1.025€/m²). As Beiras e Serra da Estrela era a sub-região menos valorizada em termos médios globais (662€/m²) e onde as moradias se encontravam menos valorizadas (585€/m²). Já o Médio Tejo foi a sub-região onde os apartamentos eram menos valorizados (689€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2021



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2021



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

2,4%

foi a taxa de inflação homóloga regional no trimestre, a mais elevada dos últimos nove anos

15,7%

foi o crescimento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático na região

²² Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a pandemia COVID-19 e as consequentes restrições ao comércio e serviços obrigaram a abordagens alternativas no cálculo do IPC durante os meses de abril a julho de 2020 (nomeadamente aumentaram o número de preços estimados). A partir de agosto o apuramento do IPC voltou a ser feito com recurso ao trabalho de campo de inquiridores, à semelhança do que era feito até março de 2020. Refira-se que o IPC integra um número significativo de preços obtidos por via administrativa, que não foram afetados por estas restrições.

No quarto trimestre de 2021, o Índice de Preços no Consumidor aumentou muito significativamente, na Região Centro e em Portugal, atingindo 2,4%. No contexto regional registou-se o crescimento mais elevado do nível geral dos preços desde o último trimestre de 2012. A quase totalidade dos indicadores representativos do consumo privado continuaram a observar, na Região Centro, evoluções favoráveis.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC)²², registou um acréscimo de 2,4%, em termos homólogos, observando o valor mais elevado dos últimos nove anos. Esta evolução regional igualou a média nacional e acelerou o crescimento observado desde o início de 2021. Na região, a quase totalidade das doze classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se com os acréscimos mais expressivos os “transportes” (7,3%) e a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (4,2%). Apenas a classe “vestuário e calçado” registou uma contração homóloga de 1,4%.

Quadro 11 – Preços		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	2,4	1,5	0,8	0,4	-0,2	1,3	0,0	
Centro	v. h. (%)	2,4	1,8	1,3	0,5	0,0	1,5	-0,1	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	1,3	0,8	-0,3	0,7	2,0	0,6	2,1	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	0,9	1,5	1,1	1,2	0,6	1,2	0,8	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-1,4	-1,2	1,3	-0,1	-1,1	-0,4	-2,0	
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	4,2	2,8	1,7	-1,1	-1,3	1,9	-1,2	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	1,1	0,5	-0,3	-0,6	-0,4	0,2	-1,3	
Saúde	v. h. (%)	0,8	1,6	1,8	2,0	1,7	1,5	0,9	
Transportes	v. h. (%)	7,3	5,7	4,9	0,1	-2,7	4,5	-2,0	
Comunicações	v. h. (%)	0,7	1,0	-0,1	-0,8	-1,2	0,2	-2,0	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	2,9	1,9	1,3	0,4	-0,6	1,6	-1,7	
Educação	v. h. (%)	0,6	-2,9	-3,2	-3,2	-3,2	-2,2	-2,3	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	2,3	-0,3	0,4	1,6	2,5	1,0	1,9	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,0	1,3	1,6	1,1	1,0	1,3	1,3	

A quase totalidade dos indicadores representativos do consumo privado evoluiu positivamente na Região Centro, parecendo refletir já alguns efeitos positivos da gradual retoma da atividade económica e, consequentemente, dos hábitos de consumo dos indivíduos. Estas evoluções devem, porém, ser analisadas com alguma prudência já que o trimestre homólogo foi marcado por uma significativa contração, decorrente do facto da maioria dos meses que o compõem terem coincidido com o regresso à situação de estado de emergência em Portugal.

No quarto trimestre de 2021, as compras, os levantamentos e os pagamentos em terminais automáticos continuaram a crescer na região e no país em termos homólogos reais. As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) aumentaram 15,7% na Região Centro e 20,7% em Portugal, em termos homólogos reais. Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA foi explicada pelas compras realizadas em ambas as componentes (nacional e internacional), com destaque para o crescimento expressivo nas compras regionais realizadas no estrangeiro. Os levantamentos em caixas automáticos na região aumentaram em 5,7%, o que foi explicado pelo acréscimo homólogo real também em ambas as componentes (nacional e internacional), com relevo para os levantamentos no estrangeiro. Os pagamentos registaram um acréscimo homólogo real de 1,2% na região, que, apesar de evidenciar um abrandamento do ritmo de crescimento face aos períodos precedentes, manteve a tendência positiva observada há mais de um ano. Esta variação regional dos pagamentos foi inferior à média do país que cresceu 1,6% em termos homólogos reais.

As receitas de cinema na região e no país continuaram a aumentar muito significativamente no quarto trimestre de 2021 face a igual período do ano anterior. Com esta evolução, e apesar de existir um efeito de base associado à comparação homóloga, o setor do cinema parece estar a evidenciar alguma recuperação, depois de em 2020 ter sido um dos setores mais afetados (com quebras de receitas de quase 100%) pelas medidas restritivas impostas para contenção da pandemia COVID-19 em Portugal.

Os empréstimos concedidos para consumo aumentaram 7,1%, em termos homólogos reais, na Região Centro. Esta variação regional superou a da média nacional (que cresceu 6,9%), mantendo a evolução positiva observada há quatro anos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos cifrou-se nos 2,8%, sendo o valor mais baixo dos últimos 13 anos. A nível nacional também se registou o peso mais baixo em 13 anos (4,5%).

Já as entradas intracomunitárias de bens de consumo registaram na região uma diminuição homóloga real de 3,8%, por oposição às do total nacional que observaram um acréscimo de 1,8%. Este decréscimo regional das importações de bens de consumo também contrariou a variação positiva observada nos restantes trimestres de 2021.

Quadro 12 – Consumo Privado		4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	2021	2020
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	1,8	-0,9	20,9	-6,8	-5,0	3,3	-5,5
Centro	v. h. real (%)	-3,8	6,9	21,8	0,5	-1,7	5,9	-9,1
Receitas de cinema**								
Portugal	milhares	14.801,7	10.874,4	4.784,1	143,9	2.719,8	7.651,0	5.141,9
	v. h. real (%)	431,5	169,7	#	-99,0	-87,5	46,9	-75,3
Centro	milhares	1.702,7	1.417,0	571,5	11,6	334,7	925,7	636,1
	v. h. real (%)	396,9	192,5	#	-99,3	-88,6	43,7	-76,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	6,9	7,9	8,6	-1,6	-1,0	5,4	3,9
Centro	v. h. real (%)	7,1	8,3	9,6	-0,1	0,0	6,2	5,5
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	4,5	5,3	5,3	6,3	6,3	5,4	6,6
Centro	%	2,8	3,4	3,4	4,3	4,2	3,5	4,3
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	5,1	4,0	24,9	-15,6	-10,6	3,8	-13,8
Centro	v. h. real (%)	5,7	5,4	25,7	-13,2	-6,6	5,3	-10,8
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	1,6	1,3	16,4	-4,5	-2,1	3,3	-3,0
Centro	v. h. real (%)	1,2	2,6	14,1	1,8	5,8	4,7	3,9
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	20,7	14,1	38,3	-15,7	-8,3	13,7	-10,7
Centro	v. h. real (%)	15,7	10,8	32,3	-9,1	-0,1	12,1	-1,6

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2021 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2021 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas.

#: Variação homóloga real muito elevada devido ao efeito de base

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participa a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização – PO CI; inclusão social e emprego – PO ISE; capital humano – PO CH; e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos – PO SEUR); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 é atualmente de 28,8 mil milhões de euros²³, correspondendo ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros), que se destina exclusivamente à região, e ainda de concursos abertos nos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020 (programas operacionais com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

²³ Esta dotação traduz um conjunto de alterações que ocorreram neste terceiro trimestre de 2021, designadamente o reforço na dotação dos Programas de Desenvolvimento Rural em 1,0 mil milhões de euros (tratando-se de recursos relativos ao quadro financeiro de 2021-2027, que são integrados no PORTUGAL 2020 com vista a apoiar o período transitório 2021-2022), bem como a alocação de uma dotação adicional relativa aos fundos *Next Generation EU* que engloba, por um lado, a iniciativa REACT-EU (instrumento de reforço da política de coesão para acelerar a recuperação da crise provocada pela pandemia COVID-19) no valor de 1,6 mil milhões de euros e, por outro, o reforço dos Programas de Desenvolvimento Rural em 354 milhões de euros (para ajudar as zonas rurais a efetuar as alterações estruturais necessárias em consonância com o Pacto Ecológico Europeu e a alcançar os objetivos ligados à Estratégia da Biodiversidade e à Estratégia do Prado ao Prado). Recorde-se que a dotação inicial do PORTUGAL 2020 era de 25,8 mil milhões de euros.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

8,0
mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 31 de dezembro de 2021

481,7
milhões de euros

em apoios para resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 no Centro

No PORTUGAL 2020, a 31 de dezembro de 2021, estavam aprovados 8,0 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,1 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 418,7 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O CENTRO 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando 49% dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (68%).

A 31 de dezembro de 2021, encontravam-se aprovados 8,0 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 12,1 mil milhões de euros²⁴. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,1% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 263,9 milhões de euros nos apoios para a região, destacando-se a aprovação de mais 67,2 milhões de euros de FSE pelo PO CH para cursos profissionais; o acréscimo de 37,2 milhões de euros para a inovação empresarial financiados pelo PO CI; a aprovação de 29,8 milhões de euros de FSE pelo PO CI para recuperação e consolidação das aprendizagens comprometidas na sequência dos vários confinamentos decretados durante a pandemia por COVID-19; a atribuição de 24,0 milhões de euros de fundo europeu pelo CENTRO 2020 ao Instituto Português de Oncologia de Coimbra para requalificação do edifício da cirurgia/imagiologia e substituição de dois aceleradores lineares, e 14,5 milhões de euros de FSE aprovados pelo PO CH para ações inseridas no Plano Integrado de Recuperação das Aprendizagens, que visa também responder aos danos provocados pela pandemia no processo de aprendizagem e no desenvolvimento psicopedagógico e motor das crianças e jovens.

O CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional), sendo o principal programa da Política de Coesão para a Região Centro, concentrava 30,1% dos apoios aprovados para o território. Seguiu-se o PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, também designado por COMPETE 2020), responsável por 28,9% dos apoios captados. Juntamente com os restantes programas operacionais temáticos (PO CH, PO ISE e PO SEUR), que têm a sua incidência em várias regiões, mobilizavam para o Centro 62,7% dos montantes aprovados, correspondendo a 5,0 mil milhões de euros de fundos europeus.

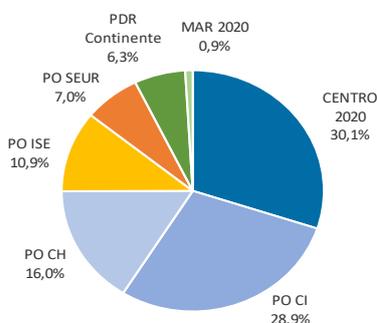
²⁴ Em dezembro de 2021, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

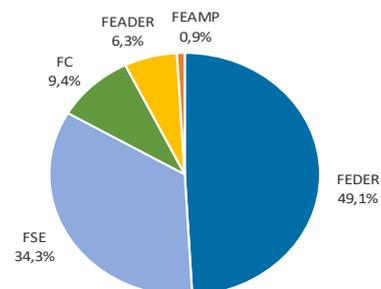
Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (31 de dezembro de 2021)

- PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
- PO CH – Programa Operacional Capital Humano
- PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
- PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
- MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
- FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
- FSE – Fundo Social Europeu
- FC – Fundo de Coesão
- FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



Praticamente metade das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER (49,1%), cujo volume de apoio ascendia a 3,9 mil milhões de euros. Seguiu-se o FSE, com 34,3% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 2,7 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 9,4% dos fundos europeus aprovados (750,1 milhões de euros mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR) e o FEADER 6,3% (505,0 milhões de euros mobilizados exclusivamente pelo PDR do Continente). O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região (0,9%).

A 31 de dezembro de 2021, os apoios aprovados na região para dar resposta aos efeitos da pandemia totalizavam 418,7 milhões de euros de fundos europeus, tendo-se registado um acréscimo de 37,1 milhões de euros face ao trimestre anterior. Este acréscimo foi justificado, em grande medida, pela aprovação dos apoios à recuperação e consolidação das aprendizagens, financiados pelo PO CI, no valor de 29,8 milhões de euros de FSE. De destacar também neste trimestre, as primeiras aprovações no Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), instrumento de apoio às micro e pequenas empresas da indústria e do turismo, financiado pelo CENTRO 2020, que ascenderam a 1,5 milhões de euros. Deste volume de fundo europeu aprovado, 79,0% já estava executado e 85,4% pago aos beneficiários.

Assim, até final de 2021, os fundos europeus afetos a medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região correspondiam a: 182,2 milhões de euros do sistema de incentivos à liquidez (programa APOIAR do PO CI); 101,3 milhões de euros do sistema de incentivos às empresas (financiados pelo PO CI e pelo CENTRO 2020); 69,3 milhões de euros do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (financiado pelo CENTRO 2020 para apoiar a manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia por COVID-19); 29,8 milhões de euros para recuperação e consolidação das aprendizagens (financiados pelo PO CI); 29,2 milhões de euros atribuídos às escolas públicas de ensino básico (pelo CENTRO 2020) e secundário (pelo PO CH) para aquisição de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de famílias com baixos rendimentos; 3,2 milhões de euros do programa Garantir Cultura (do PO CI, para apoiar o tecido empresarial cultural no contexto da resposta à pandemia); 1,6 milhões de euros concedidos aos aquicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia (pelo MAR 2020); 1,5 milhões de euros referentes ao Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local) do CENTRO 2020; e 509 mil euros para a realização de testes de diagnóstico COVID-19 por parte da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro (financiados pelo CENTRO 2020).

²⁵ A título exemplificativo, refira-se ainda:

- prazos de pagamento mais reduzidos;
- flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas);
- avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19;
- avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

Estes apoios do PORTUGAL 2020 para resposta à crise desencadeada pelo novo coronavírus traduzem as respostas de emergência estruturadas numa primeira fase marcada pelo pico da pandemia²⁵, mas também medidas posteriores de estabilização e recuperação económica que visam apoiar a retoma sustentada da atividade económica e de adaptação da economia à realidade pós-COVID. Destaque, neste âmbito, para a aprovação, pela Comissão Europeia, no final de setembro de 2020, da nova reprogramação financeira dos vários programas operacionais do PORTUGAL 2020, com o já referido objetivo de promover a estabilização económica e social do país e a sua recuperação. Esta reprogramação global do PORTUGAL 2020, envolvendo cerca de mil milhões de euros de fundos europeus, teve como principais linhas de atuação: reforçar o investimento público nomeadamente nas áreas sociais; apoiar a universalização da escola digital; aumentar o apoio ao emprego; e aumentar o apoio à estabilização económica. De salientar que todas estas alterações que permitiram utilizar os fundos da política de coesão para apoiar os setores mais afetados pela pandemia (como os cuidados de saúde, as pequenas e médias empresas e o mercado de trabalho) só foram possíveis devido à flexibilidade excepcional criada pelas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus + (CRII+). Devido a esta flexibilidade passaram a ser possíveis transferências entre fundos (FEDER, FSE e FC) e entre programas operacionais, havendo alterações na dotação global de vários programas operacionais. Posteriormente, a Comissão Europeia lançou a iniciativa REACT-UE (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa), que deu continuidade e alargou as medidas de resposta à situação de crise previstas na CRII e na CRII+. Esta iniciativa, enquanto instrumento de reforço da Política da Coesão, pretende acelerar a recuperação da crise pandémica e contribuir para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia. A 28 de junho de 2021 foi aprovada a nova reprogramação do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), que visou incorporar a dotação

adicional proveniente do REACT-EU para 2021: 1.434 milhões de euros com alocação prevista a todo o continente (prevendo-se uma segunda tranche para o ano de 2022, que ainda carece de decisão da Comissão Europeia).

A Comissão Europeia lançou em abril de 2020 dois pacotes de medidas de resposta da política de coesão à crise do coronavírus: a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês *Coronavirus Response Investment Initiative*) e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+).

Enquanto a CRII reencaminhou verbas não utilizadas do orçamento da União Europeia para fazer face à crise da COVID-19, a CRII+ flexibilizou as regras em matéria de despesas de coesão para aumentar a capacidade de resposta.

Assim, o primeiro pacote de medidas centrou-se na disponibilização imediata de fundos estruturais, de modo a permitir uma resposta rápida à crise através da mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da União Europeia através de um apoio individualizado. No fundo, esta medida permitiu que os Estados Membros aplicassem verbas não utilizadas para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia.

O segundo pacote complementou o primeiro ao introduzir uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento pudessem ser plenamente mobilizados. Esta flexibilidade foi garantida através da possibilidade de transferência entre os três fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão); de transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Existe também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da União Europeia de 100% para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise. O pacote CRII+ simplifica também as etapas processuais ligadas à execução de programas, à utilização de instrumentos financeiros e à auditoria.

No final de 2020, foi lançada a iniciativa REACT-EU (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa, acrónimo do inglês *Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe*) que complementou as duas iniciativas anteriores, enquanto instrumento de reforço da Política da Coesão criado para acelerar a recuperação da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, em direção a uma economia ecológica, digital e resiliente. Assumindo o conjunto das medidas a implementar, está prevista uma alocação adicional de recursos para Portugal de 1.971 milhões de euros ao longo de 2021 e 2022, que serão refletidos no PO CI (Portugal Continental) e nos Programas Operacionais dos Açores e da Madeira. A programação do REACT-EU no contexto do PORTUGAL 2020 apresenta as seguintes linhas de força: apoio à sobrevivência e estabilização da atividade empresarial (reforçar o apoio aos setores mais atingidos pela crise); apoio à manutenção e criação de emprego; apoio à resiliência do sistema de saúde (resposta às necessidades que resultam do combate à pandemia); apoio à recuperação e consolidação das aprendizagens; reforço do apoio à transição climática.

Estas medidas não têm precedentes e justificam-se pela situação extraordinária provocada pelo surto de coronavírus.

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até 31 de dezembro de 2021, estavam aprovados 5,6 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 8,5 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (31 de dezembro de 2021)*	Aprovações		Execução Financeira				
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização**	Taxa de pagamento***
	Milhares de euros		Milhares de euros			%	
Total - Centro	8.544.022	5.606.588	x	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	4.189.782	2.312.873	2.355.632	1.385.133	1.497.424	59,9	64,7
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.509.802	1.284.938	1.027.177	874.613	905.544	68,1	70,5
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	1.015.434	871.069	618.566	533.307	591.980	61,2	68,0
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	692.109	558.594	384.121	337.558	329.324	60,4	59,0
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)*	970.051	505.017	x	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	166.844	74.097	114.028	49.363	50.164	66,6	67,7

* No caso do PDR, os valores apresentados correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

** Taxa de realização = fundo executado / fundo aprovado x 100

*** Taxa de pagamento = pagamentos / fundo aprovado x 100

x: Não disponível

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 31 de dezembro de 2021, estavam aprovados 4,2 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 2,3 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 1,4 mil milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 59,9% (que compara o fundo executado com o fundo aprovado). Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um aumento de 71,8 milhões de euros dos fundos aprovados e de 108,9 milhões de euros dos fundos executados, que se refletiu num aumento de 2,9 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,5 mil milhões de euros, representando 64,7% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 na região (64,5%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 974,6 milhões de euros de fundos aprovados e, neste trimestre, conheceram um acréscimo de 37,2 milhões de euros), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (313,8 e 203,6 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,6% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC), complementar a montante e a jusante ao sistema de incentivos às empresas, 3,9%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 10,2% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,0 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor,

191,5 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,7 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,9% dos fundos europeus aprovados (perfazendo 66,2 milhões de euros), tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 5,1 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante também de 3,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

De referir ainda os instrumentos financeiros com incidência na região: o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,0%); e o Fundo para a Inovação Social²⁶, instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social, com um FSE aprovado na região de 14,0 milhões de euros (0,6%).

²⁶ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

O sistema de incentivos à liquidez, também designado por programa APOIAR, criado em novembro de 2020 como um instrumento de apoio à tesouraria das empresas de menor dimensão de setores de atividade particularmente afetados pelas medidas de proteção da saúde pública associadas à pandemia por COVID-19, concentrava 182,2 milhões de euros de FEDER, correspondendo a 7,9% do total de fundos europeus aprovados no PO CI.

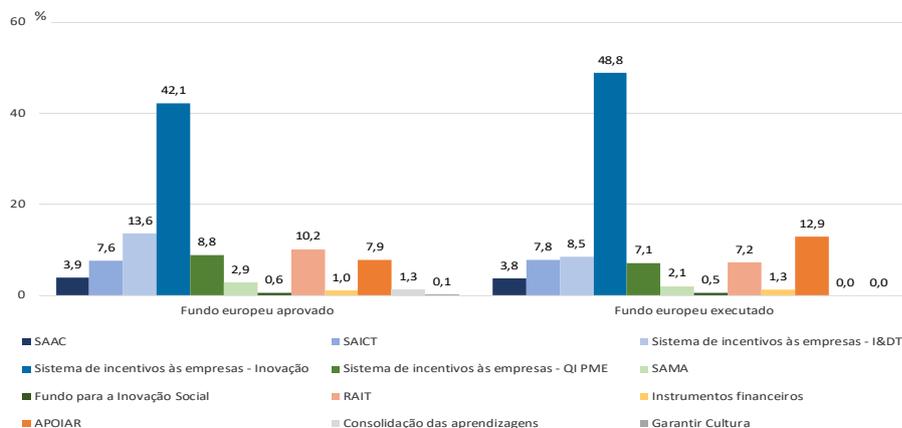
Já no programa Garantir Cultura, um apoio universal a fundo perdido para mitigação dos impactos da crise pandémica no setor cultural e para estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico, que entrou em vigor a 30 de março de 2021, estavam aprovados 3,2 milhões de euros para o tecido empresarial do setor cultural e artístico (0,1% do total).

Durante o quarto trimestre de 2021 foram ainda aprovados 29,8 milhões de euros de FSE (1,3%) para recuperação e consolidação de aprendizagens através do reforço dos recursos humanos alocados às escolas para desenvolvimento de medidas de apoio educativo como forma de combater as consequências que os confinamentos decretados durante a pandemia de COVID-19 tiveram nas aprendizagens dos alunos no ano letivo 2020/2021.

Assim, relativamente aos apoios para resposta à pandemia por COVID-19, até 31 de dezembro de 2021, o COMPETE 2020 tinha aprovado, na região, 266,8 milhões de euros de fundo europeu. Este montante foi mobilizado pelos já referidos programa APOIAR (182,2 milhões de euros), programa Garantir Cultura (3,2 milhões de euros) e por medidas para consolidação de aprendizagens (29,8 milhões de euros) mas também por avisos específicos do sistema de incentivos às empresas (51,6 milhões de euros, correspondendo a 3,5% do total aprovado neste instrumento de apoio às empresas), sobretudo, pela via da inovação produtiva (80,4%) e, em menor escala, pela investigação e desenvolvimento empresarial (16,3%) e pela qualificação de PME (3,4%). Estavam validados 207,1 milhões de euros de fundo (ou seja, 77,6% do total aprovado) e pagos aos beneficiários 223,6 milhões de euros (correspondendo a 83,8% do total aprovado).

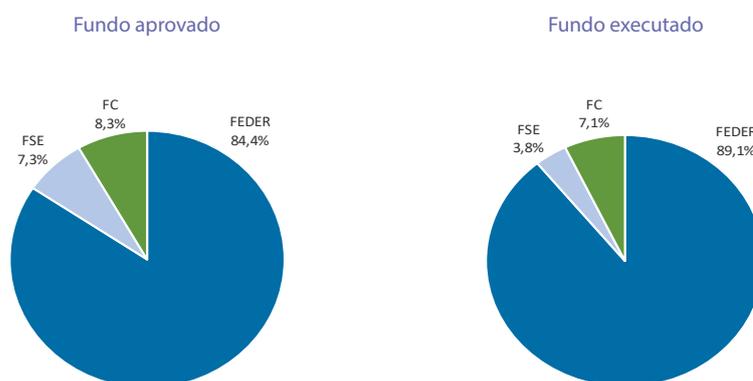
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)

- I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
- QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
- SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
- SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa
- RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes
- TIC - Tecnologias de informação e comunicação



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo PO CI para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (84,4%), existindo também participações pelo Fundo de Coesão (8,3%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (7,3%). No caso do FSE, tratava-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e de planos de formação autónoma, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social, do cofinanciamento de medidas de capacitação integradas em candidaturas ao SAAC e dos apoios à consolidação de aprendizagens.

Distribuição do fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (31 de dezembro de 2021)

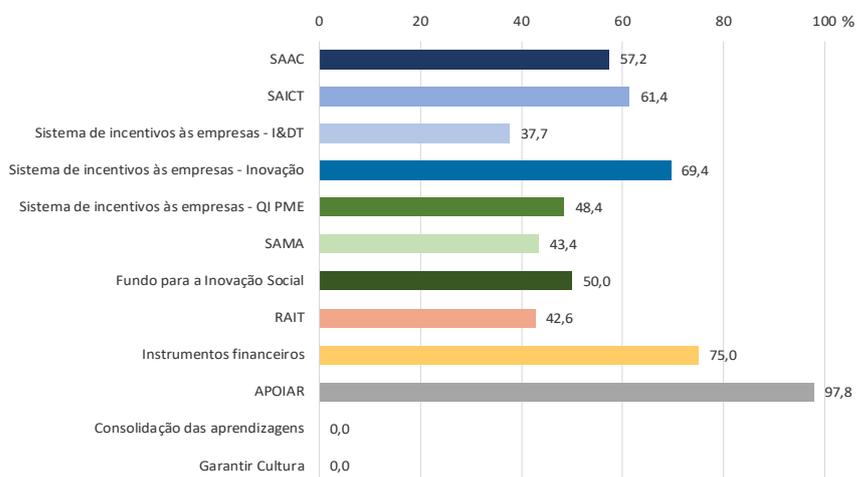


Analisando a distribuição do fundo executado pelas várias tipologias, verificava-se uma prevalência ainda maior do sistema de incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 48,8% do total do fundo executado), do programa APOIAR (12,9%), do SAICT (7,8%), dos instrumentos financeiros (1,3%) e do FEDER enquanto fundo financiador (89,1%). Nas restantes tipologias e fundos financiadores, o peso do fundo executado era sempre inferior ao peso do respetivo fundo aprovado, sendo que no programa Garantir Cultura e na medida referente à consolidação das aprendizagens ainda não existia fundo europeu validado.

Considerando as taxas de realização, que comparam o fundo validado com o fundo aprovado em cada tipologia, destacavam-se, pelas elevadas realizações, as mesmas tipologias referidas anteriormente: programa APOIAR (97,8%), instrumentos financeiros (75,0%), o sistema de

incentivos à inovação (69,4%) e o SAICT (61,4%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 59,9%).

Taxa de realização no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



No **Programa Operacional Capital Humano** (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 31 de dezembro de 2021, na Região Centro, estavam aprovados 1,3 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,5 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 874,6 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 68,1% (a mais elevada entre os vários programas operacionais na região). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 76,5 milhões de euros nos apoios aprovados, tendo o fundo executado aumentado 26,9 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização diminuiu 2,1 pontos percentuais. No final de 2021, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 905,5 milhões de euros, o que representava 70,5% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais na região).

Mais de metade dos fundos europeus aprovados neste programa operacional destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (57,0%), que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. No final de 2021, esta tipologia totalizava 732,8 milhões de euros de FSE, tendo 67,2 milhões de euros sido aprovados neste trimestre para financiamento dos cursos profissionais do ano letivo 2021/2022 (ao abrigo do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030 que visa apoiar o período transitório 2021-2022).

Destacavam-se também os apoios para promover a aprendizagem ao longo da vida (19,0%, correspondendo a 243,5 milhões de euros), tratando-se de cursos de educação e formação de adultos (que permitem completar qualquer ciclo do ensino não superior ou obtenção de uma certificação profissional), cursos de aprendizagem (para conclusão do ensino secundário) e apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (direcionados a jovens e adultos que procurem desenvolver ou certificar as suas competências).

A formação superior e avançada concentrava 14,4% do fundo aprovado (184,8 milhões de euros de FSE), traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados (139,4 milhões de euros), mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, na comparticipação de cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e no financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²⁷.

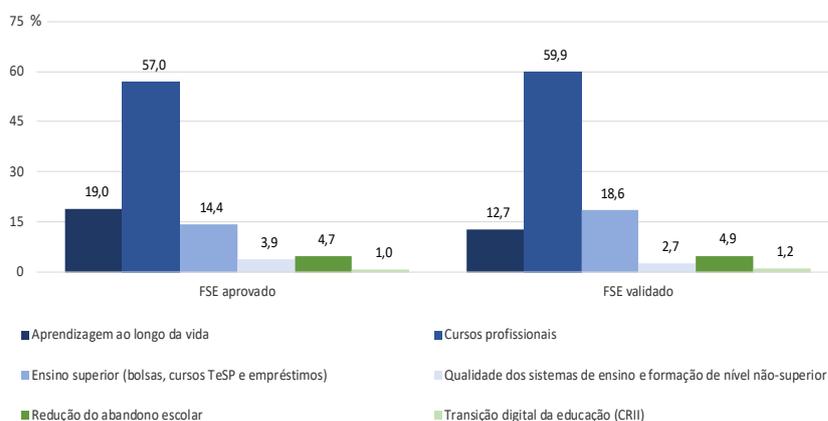
O combate ao abandono escolar absorvia 4,7% do FSE aprovado, traduzindo-se no financiamento de ofertas alternativas do ensino básico, como sejam os cursos de educação e formação de jovens (36,8 milhões de euros), os cursos básicos do ensino artístico e especializado (12,8 milhões de euros) e os cursos vocacionais (11,2 milhões de euros).

²⁷ Após a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), os cursos TesP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixaram de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passaram a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passaram a ser apoiados pelo PO ISE.

Os apoios à qualidade e à inovação dos sistemas de ensino e formação de nível não-superior concentravam 3,9% do FSE aprovado, correspondendo a 50,6 milhões de euros. Este valor traduz o acréscimo, registado neste trimestre, de 14,5 milhões de euros destinados a ações inseridas no Plano Integrado de Recuperação das Aprendizagens, que visa responder aos danos provocados pela pandemia por COVID-19 no processo de aprendizagem e no desenvolvimento psicopedagógico e motor das crianças e jovens, através de medidas alicerçadas nas políticas educativas com eficácia demonstrada ao nível do reforço da autonomia das escolas e das estratégias educativas diferenciadas dirigidas à promoção do sucesso escolar e, sobretudo, ao combate às desigualdades através da educação.

De destacar ainda, no âmbito dos apoios concedidos na sequência da pandemia, os 12,3 milhões de euros de FSE aprovados para a Transição Digital da Educação (1,0%), correspondendo a apoios para as escolas públicas do ensino secundário da região para aquisição de computadores, conectividade e serviços conexos para os alunos inseridos em famílias com baixos rendimentos, uma vez que a crise pandémica e o ensino à distância vieram revelar várias fragilidades.

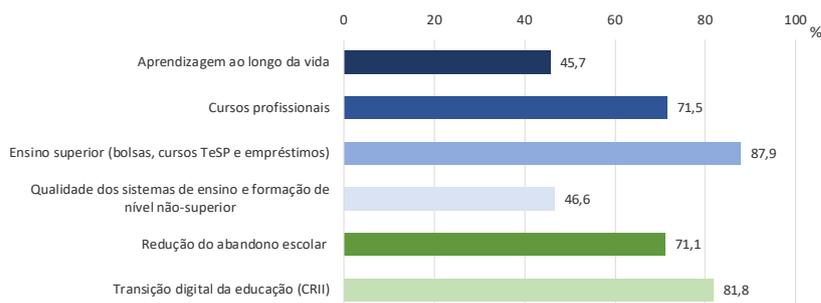
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se, com os maiores montantes de fundo executado, os cursos profissionais (59,9%) e os apoios ao ensino superior e formação avançada (18,6%).

Já as taxas de realização mais elevadas eram as referentes ao ensino superior (87,9%, valor determinado em grande medida pela elevada execução das bolsas de ensino superior para alunos carenciados e das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento), à transição digital da educação (81,8%), aos cursos profissionais (71,5%) e ainda as dos cursos financiados no âmbito do combate ao abandono escolar (71,1%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 68,1%).

Taxa de realização no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do quarto trimestre de 2021, estavam aprovados, na Região Centro, 1,0 mil milhões de euros de despesa elegível e 871,1 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 533,3 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 61,2%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 8,5 milhões de euros (dos quais 7,2 milhões de euros se destinaram à integração de desempregados de longa duração no mercado laboral) e o fundo executado 17,8 milhões de euros, o que implicou um aumento da taxa de realização em 1,5 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 592,0 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 68,0%.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 17,3% do FSE aprovado (151,0 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

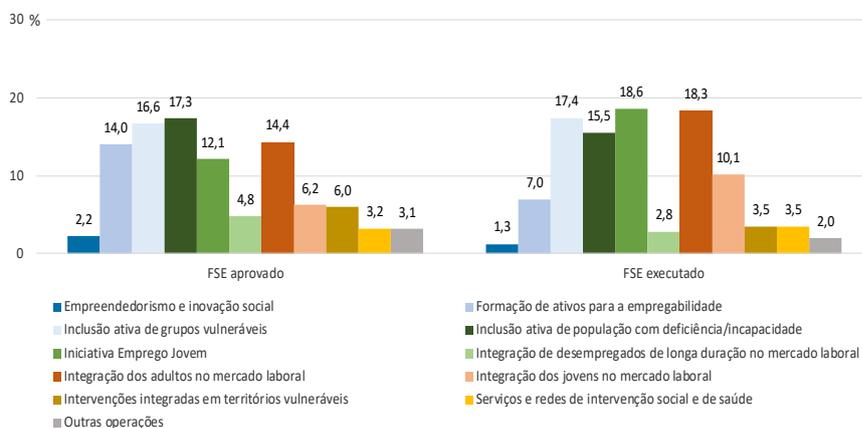
A inclusão ativa de grupos vulneráveis concentrava 16,6% do FSE aprovado (145,0 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados²⁸, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (131,1 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (13,9 milhões de euros de FSE).

A integração de adultos no mercado laboral concentrava 14,4% do FSE aprovado (125,1 milhões de euros), traduzindo-se em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego. Já a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados) representava 14,0% do FSE aprovado (122,3 milhões de euros).

Outra parte relevante do fundo aprovado (12,1%, totalizando 105,6 milhões de euros de FSE aprovado) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

²⁸ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

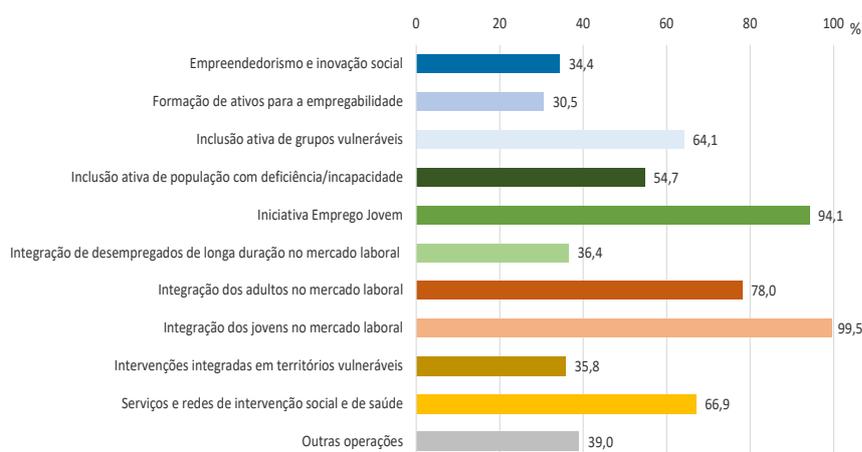
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



Quanto à execução, evidenciavam-se com os maiores montantes de fundo executado, a Iniciativa Emprego Jovem (18,6%), a integração de adultos no mercado laboral (18,3%), a inclusão ativa de grupos vulneráveis (17,4%) e a inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade (15,5%).

Considerando as taxas de realização, destacavam-se a integração dos jovens (fora da IEJ) no mercado laboral (99,5%), a Iniciativa Emprego Jovem (94,1%), a integração dos adultos no mercado laboral (78,0%), os serviços e redes de intervenção social e de saúde (66,9%) e a inclusão ativa de grupos vulneráveis (64,1%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 61,2%).

Taxa de realização no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 31 de dezembro de 2021, estavam aprovados, na Região Centro, 692,1 milhões de euros de despesa elegível e 558,6 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 60,4%, com o fundo executado a ascender a 337,6 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados aumentaram apenas 2,7 milhões de euros, enquanto os fundos executados aumentaram 31,3 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 5,3 pontos percentuais na taxa de realização deste programa operacional na região. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 329,3 milhões de euros, representando 59,0% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 35,8% do fundo europeu aprovado (199,9 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

As ações de eficiência energética representavam 17,5% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,4%), transportes (12,5%) e infraestruturas públicas (4,6%). As ações de eficiência energética nos transportes públicos perfaziam 69,8 milhões de euros de fundo europeu aprovado, com 60,0 milhões de euros referentes ao Sistema de Mobilidade do Mondego, que visa a implementação de um MetroBus no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, ligando os municípios da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra. As iniciativas de eficiência energética nas infraestruturas públicas totalizavam 25,8 milhões de euros, tratando-se, sobretudo, da implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia como hospitais, instituições de ensino superior, entre outros.

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam 67,4 milhões de euros, representando 12,1% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de determinados riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais,

mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos elevados montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (12,4 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 11,6% do fundo aprovado, totalizando 65,0 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (21,7 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova-Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,8 milhões de euros).

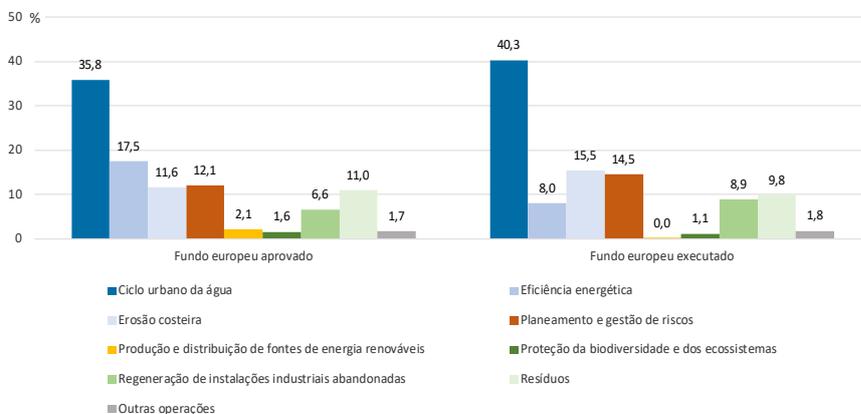
A valorização de resíduos representava 11,0% de fundo europeu aprovado (61,4 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,6 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão²⁹, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,1 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

A regeneração de instalações industriais abandonadas concentrava 6,6% do fundo aprovado (36,8 milhões de euros), destacando-se a fase final da recuperação ambiental da antiga área mineira da Urgeiriça, no município de Nelas (9,7 milhões de euros de fundo de coesão) e a fase II da remediação ambiental de vala hidráulica de S. Filipe, no município de Estarreja (5,9 milhões de euros).

Os apoios à produção e distribuição de fontes de energia renováveis absorviam 2,1% do fundo de coesão aprovado, correspondendo a 11,7 milhões de euros. De referir, pelos montantes de apoio atribuído, a instalação de uma unidade de produção e enriquecimento de biometano em Ílhavo (3,4 milhões de euros) e a implementação de três centrais de produção de hidrogénio localizadas na Marinha Grande (3,5 milhões de euros), em Águeda (2,4 milhões de euros) e no Cadaval (2,3 milhões de euros).

²⁹ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguaiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

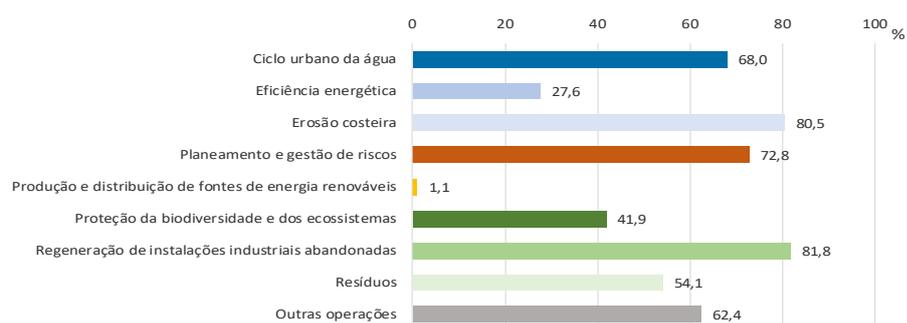
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de dezembro de 2021)



Quanto ao volume de fundo executado por categoria de intervenção, o ciclo urbano da água era o que mais de destacava com 40,3% dos apoios validados. Seguia-se a erosão costeira (15,5%) e o planeamento e gestão de riscos (14,5%).

No entanto, com as taxas de realização mais elevadas, destacavam-se as tipologias da regeneração de instalações industriais abandonadas (81,8%), da erosão costeira (80,5%), do planeamento e gestão dos riscos (72,8%) e do ciclo urbano da água (68,0%). As restantes categorias apresentavam taxas de realização abaixo da média do programa operacional na região (60,4%).

Taxa de realização no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de dezembro de 2021)



No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 31 de dezembro de 2021, na Região Centro, estavam aprovados 970,1 milhões de euros de despesa elegível e 505,0 milhões de euros de FEADER³⁰. O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um acréscimo de 20,2 milhões de euros.

Para este nível de compromisso contribuíram os projetos aprovados na ação investimento na exploração agrícola, totalizando 146,0 milhões de euros de FEADER (28,9% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental. Esta tipologia conheceu um incremento de 8,9 milhões de euros neste trimestre.

O desenvolvimento local era responsável por 12,9% do fundo europeu aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 65,2 milhões de euros de fundo aprovado nesta área do desenvolvimento local, 20,4 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, funcionamento, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 44,8 milhões de euros correspondiam à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias³¹.

³⁰ Estes valores correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

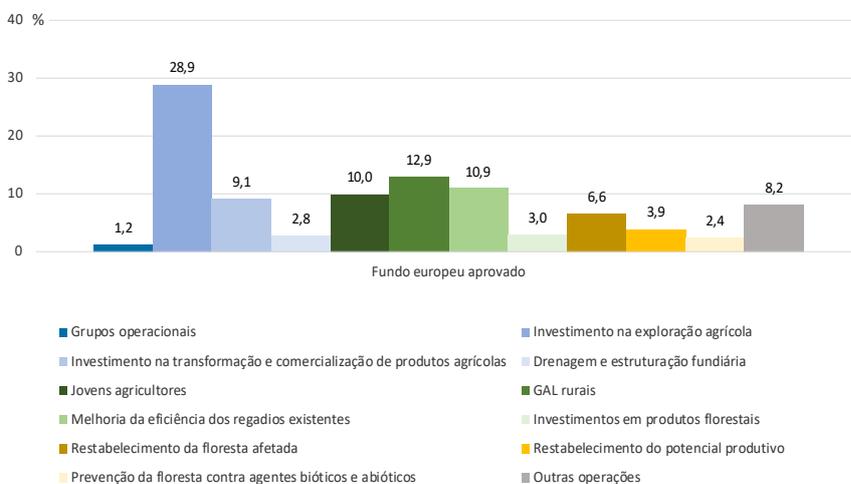
³¹ Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

³² Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorviam 10,9% do fundo europeu (55,2 milhões de euros). Destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), a modernização do aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), a modernização do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar, ainda, os apoios a jovens agricultores que absorviam 10,0% do FEADER aprovado (totalizando 50,5 milhões de euros) e os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 9,1% do fundo aprovado (46,2 milhões de euros)³².

Fundo europeu aprovado no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 31 de dezembro de 2021, na Região Centro, tinham sido aprovados 166,8 milhões de euros de despesa elegível e 74,1 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 66,6%, ascendendo o fundo validado a 49,4 milhões de euros. Os pagamentos aos beneficiários totalizavam 50,2 milhões de euros, representando 67,7% dos fundos aprovados. Neste trimestre, a taxa de realização aumentou 2,2 pontos percentuais, decorrente do acréscimo de 2,7 milhões de euros no fundo aprovado (destinados na totalidade à transformação dos produtos da pesca e aquicultura) e de 3,4 milhões de euros no fundo executado.

No final de 2021, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 43,7% do fundo aprovado, correspondendo a 32,3 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 12,9 milhões de euros e uma participação financeira de FEAMP de 4,8 milhões de euros. Ainda de referir pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

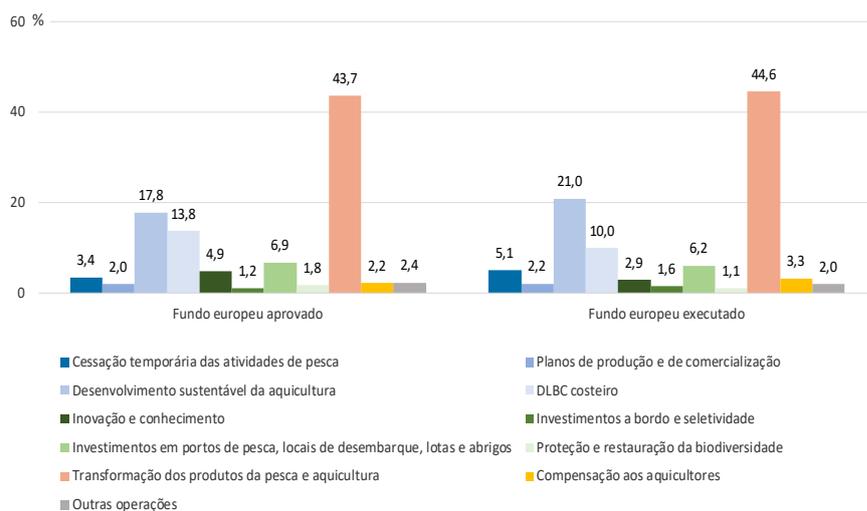
Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura concentravam 17,8% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, três projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos, a uma unidade de engorda de linguado e à modernização de uma unidade de produção de pregado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de aproximadamente um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 10,2 milhões de euros (13,8%). Deste montante, 2,1 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 8,1 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Alcobaça, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtoza, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 6,9% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Pelo seu carácter de excecionalidade, é também de salientar os apoios concedidos aos aqüicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia COVID-19, no valor de 1,6 milhões de euros (2,2%).

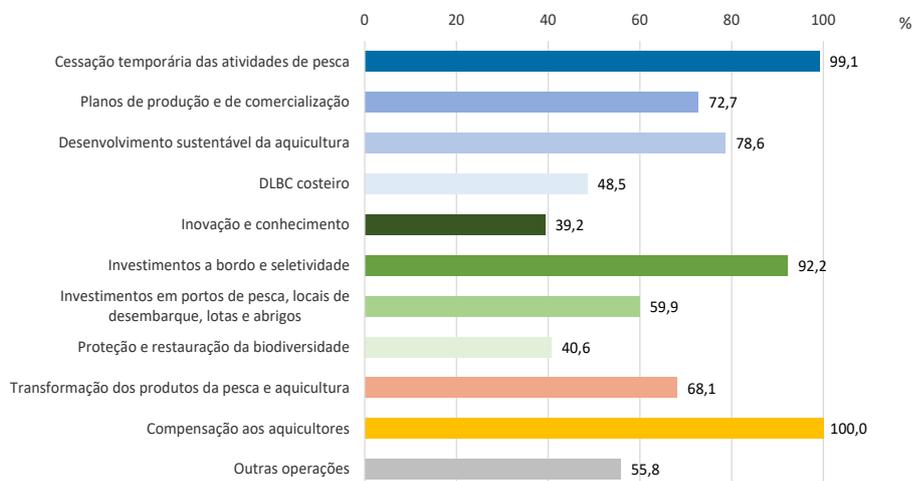
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de dezembro de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se pelos elevados montantes de fundo executado, as medidas que também absorviam a maioria do fundo aprovado, ou seja, a transformação dos produtos da pesca e da aqüicultura (44,6% do total validado), o desenvolvimento sustentável da aqüicultura (21,0%) e o desenvolvimento local costeiro (10,0%).

No entanto, as medidas com as taxas de realização mais elevadas (que comparam o fundo validado com o respetivo fundo aprovado) eram as compensações aos aqüicultores devido à pandemia (100%), a cessação temporária das atividades de pesca (99,1%), os investimentos a bordo e seletividade (92,2%), o desenvolvimento sustentável da aqüicultura (78,6%) e os planos de produção e de comercialização (72,7%).

Taxa de realização no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de dezembro de 2021)



CENTRO 2020

A 31 de dezembro de 2021, 131,7% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 464 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 22.974 candidaturas, com intenções de investimento na região de 8,8 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto de a dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final de 2021 tinham sido aprovadas 9.661 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 3,6 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 2,4 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 81,6 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 433 mil euros e um apoio europeu de 249 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		dezembro 2021	setembro 2021	junho 2021	março 2021	dezembro 2020
Concursos						
Total	número	464	460	454	447	423
Fundo europeu	milhões €	2.837,8	2.814,3	2.735,3	2.644,6	2.482,7
	% da dotação de fundo	131,7	130,6	126,9	122,7	115,2
Em aberto	número	3	6	4	14	7
Fundo europeu	milhões €	10,0	31,5	57,0	115,1	55,7
Encerrados	número	461	454	450	433	416
Fundo europeu	milhões €	2.827,8	2.782,8	2.678,3	2.529,5	2.427,0
Candidaturas apresentadas						
Total	número	22.974	22.968	22.438	22.165	20.914
Investimento total previsto	milhões €	8.768,2	8.726,9	8.055,3	7.785,8	7.509,2
Operações aprovadas						
Total	número	9.661	9.636	9.421	8.993	8.449
Investimento total	milhões €	4.181,8	4.011,2	3.840,4	3.701,4	3.375,1
Investimento elegível	milhões €	3.600,5	3.462,4	3.295,5	3.159,8	2.886,9
Fundo europeu	milhões €	2.409,9	2.328,3	2.194,7	2.087,1	1.915,0

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 52,8% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2,2 mil milhões de euros de investimento elegível e 1,3 mil milhões de euros de incentivos.

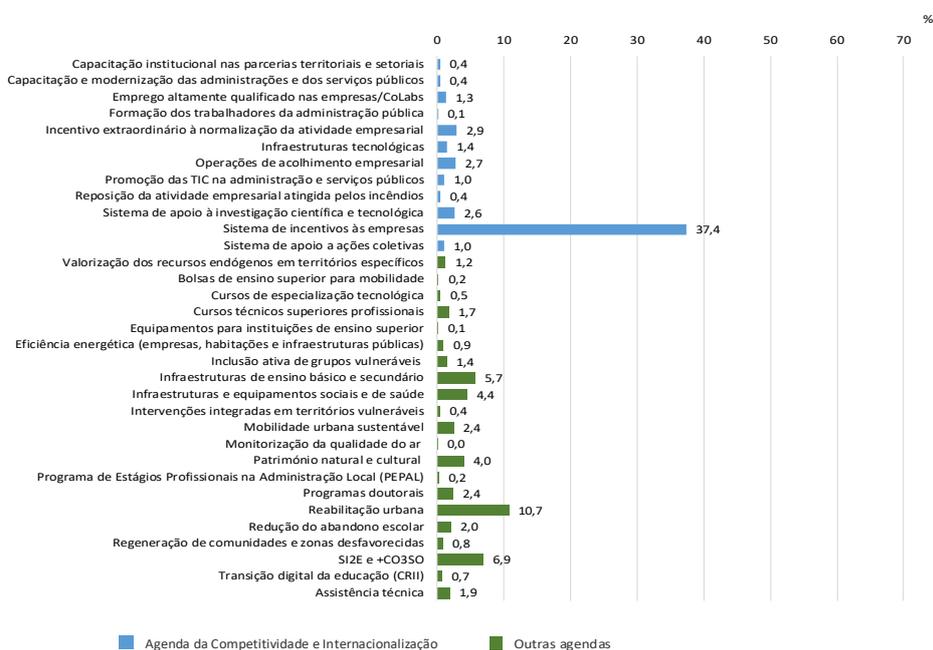
A maioria destas aprovações respeitavam ao sistema de incentivos às empresas, com 901,1 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 37,4% do fundo europeu total aprovado.

As operações de acolhimento empresarial concentravam 2,7% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 2,6% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

De destacar ainda neste domínio da competitividade, o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (aprovado no início de setembro de 2021), que totalizava 69,3 milhões de euros (2,9%), destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia por COVID-19.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 1,1 mil milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,7%, totalizando 258,2 milhões de euros de fundo aprovado, após um acréscimo de 10,2 milhões de euros neste trimestre), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,7%, perfazendo 136,9 milhões de euros de fundo aprovado), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (4,4%, totalizando 107,2 milhões de euros, com destaque para a aprovação, neste trimestre, de 24,0 milhões de euros para requalificação do edifício da cirurgia/imagiologia e substituição de dois aceleradores lineares do Instituto Português de Oncologia de Coimbra), ao património natural e cultural (4,0%), a programas doutorais (2,4%), à mobilidade urbana sustentável (2,4%), à redução do abandono escolar (2,0%, correspondendo ao financiamento dos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal, cuja segunda fase foi aprovada neste trimestre, e ao aprofundamento dos Programas Territórios Educativos de Intervenção Prioritária³³ promovidos pelas escolas), aos cursos técnico superiores profissionais (1,7%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,4%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção.

³³ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

De salientar que, dos 258,2 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

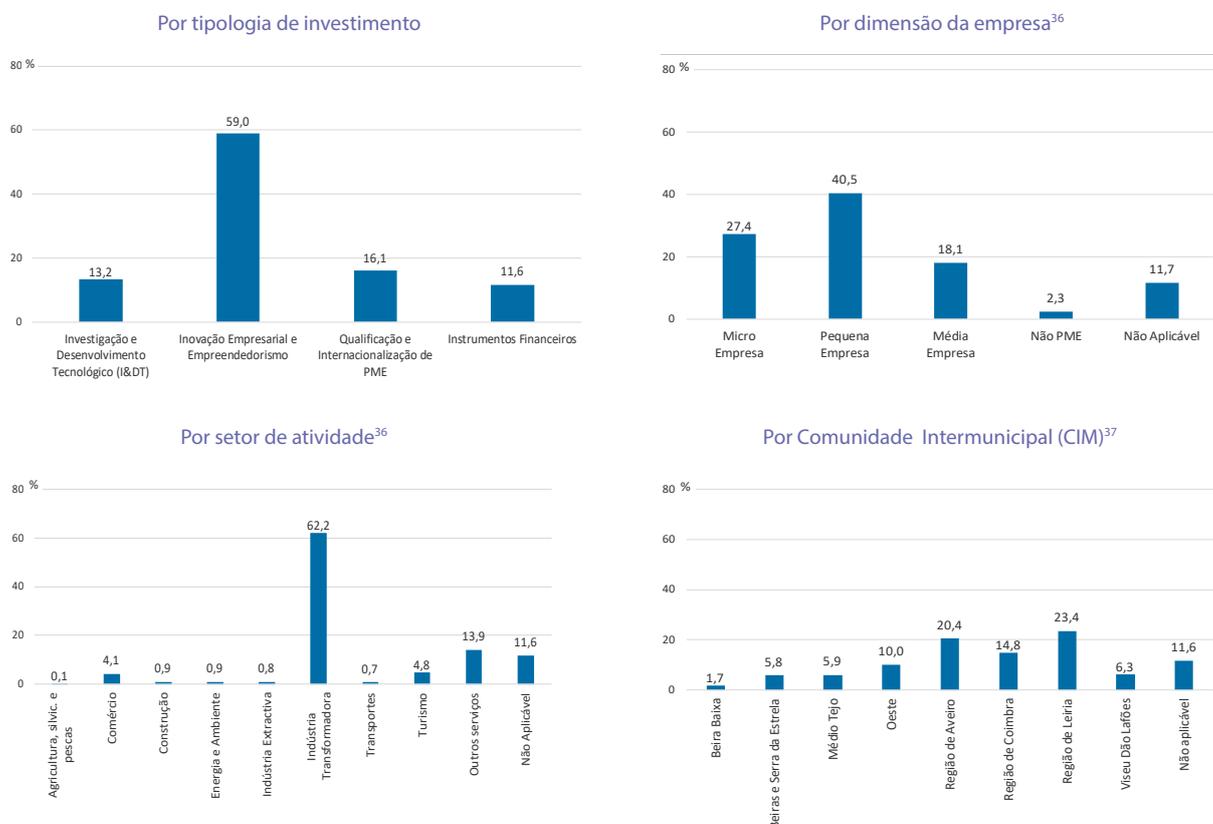
De referir ainda, pela sua relevância, os incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (que compreendem o SI2E, o +CO3SO Emprego e o Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local)), que concentravam 166,0 milhões de euros de fundos europeus (6,9%). Note-se que, durante o segundo trimestre de 2017, foram lançados os primeiros avisos de concurso do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados). Para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as comunidades intermunicipais (CIM) e os grupos de ação local (GAL), uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros. Adicionalmente, em julho de 2020, foram abertos os primeiros avisos de concurso do novo Sistema de Apoios ao Emprego e ao Empreendedorismo, denominado “+CO3SO Emprego”, instrumento que visa também apoiar a criação de emprego e o empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social. Mais recentemente, no primeiro trimestre de 2021, foram lançados, pelo CENTRO 2020, oito avisos de concurso (um por cada CIM) do Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), instrumento de apoio às micro e pequenas empresas da indústria e do turismo, para expansão e modernização da sua produção, contribuindo para reduzir a dependência do país face ao exterior, para projetos até 235 mil euros. No final de 2021, apenas a CIM da Região de Coimbra tinha alguns projetos aprovados neste instrumento, que totalizavam 1,5 milhões de euros de fundo europeu aprovado.

³⁴ Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizava um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

³⁵ O Banco Português de Fomento foi constituído no dia 3 de novembro de 2020 através da fusão da PME Investimentos – Sociedade de Investimento S.A. e da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento S.A. Esta instituição tem como missão apoiar o desenvolvimento económico e social de Portugal, através da criação e disponibilização de soluções inovadoras e adequadas às necessidades e desafios do ecossistema empresarial, potenciando a capacidade empreendedora e a criação de emprego, e promovendo a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial do país.

Detalhando o sistema de incentivos às empresas dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio (901,1 milhões de euros), 59,0% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (531,9 milhões de euros), enquanto apenas 13,2% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (11,6% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas)³⁴, valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e o Banco Português de Fomento (ex-Instituição Financeira de Desenvolvimento)³⁵. Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,5%) e microempresas (27,4%) e à indústria transformadora (62,2%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria (23,4%) e a Região de Aveiro (20,4%) foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser menor. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (31 de dezembro de 2021)



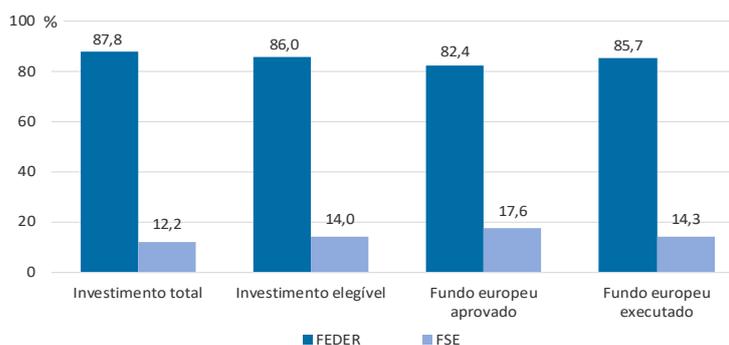
³⁶ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

³⁷ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

Foi também através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizaram algumas das medidas de resposta à pandemia direcionadas às empresas. Assim, até 31 de dezembro de 2021, neste âmbito, tinham sido aprovados, no sistema de incentivos às empresas, 49,7 milhões de euros de fundo europeu (5,5% do total aprovado pelo programa operacional regional no sistema de incentivos às empresas). Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (70,1%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (10,3%) e para a IDT (19,6%). Como já referido, em termos de apoios empresariais, o CENTRO 2020 financiou também 69,3 milhões de euros relativos ao incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho nas empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia e 1,5 milhões de euros no âmbito do Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local) para apoiar micro e pequenas empresas da indústria e do turismo, para expansão e modernização da sua produção, contribuindo para reduzir a dependência do país face ao exterior. A estes apoios empresariais, acresciam ainda 16,9 milhões de euros de FSE para financiamento de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de escolas de ensino básico públicas inseridos em agregados familiares com baixos rendimentos e 509,2 mil euros para a realização de testes de diagnóstico COVID-19 pela Universidade de Coimbra e pela Universidade de Aveiro. Assim, no final de 2021, o CENTRO 2020 totalizava 137,9 milhões de euros de fundo europeu aprovado em medidas de resposta à crise pandémica. Deste valor, estavam validados 81,2% e pagos aos beneficiários 88,4%.

A 31 de dezembro de 2021, o FEDER cofinanciava 82,4% dos incentivos aprovados no CENTRO 2020, correspondendo a um volume de fundo de 2,0 mil milhões de euros (109,5% da dotação programada). O FSE cofinanciava os restantes 17,6%, que se traduziam em 424,0 milhões de euros de fundo europeu (124,4% da dotação programada)³⁸.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no CENTRO 2020, por tipologia de fundo (31 de dezembro de 2021)



³⁸ Em setembro de 2020, foi aprovada uma nova reprogramação do PORTUGAL 2020 com o objetivo de redirecionar fundos da política de coesão para a resposta à crise desencadeada pela pandemia por COVID-19. No que respeita ao CENTRO 2020, a reprogramação não alterou a dotação global do programa, mas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores. A dotação de FEDER passou de 1.711,5 para 1.814,3 milhões de euros, enquanto a dotação de FSE passou de 443,5 para os atuais 340,7 milhões de euros (ou seja, 84,2% de FEDER e 15,8% de FSE).

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (33,4 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) aos incentivos atribuídos ao emprego e empreendedorismo (72,7 milhões de euros), (ii) às medidas de apoio à manutenção dos postos de trabalho (69,3 milhões de euros), (iii) a programas doutorais (56,9 milhões de euros), (iv) a medidas que visam a redução do abandono escolar (48,4 milhões de euros), (v) a cursos técnicos superiores profissionais (40,3 milhões de euros), (vi) à contratação de recursos aos apoios humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (31,4 milhões de euros), (vii) aos apoios à Transição Digital da Educação (16,9 milhões de euros), (viii) a cursos de especialização tecnológica (11,2 milhões de euros), (ix) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (9,5 milhões de euros), (x) a ações de capacitação dos serviços da administração pública no âmbito do Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (9,4 milhões de euros), (xi) a intervenções integradas em territórios vulneráveis (8,8 milhões de euros), (xii) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (5,6 milhões de euros), (xiii) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (xiv) a formação de empresários e trabalhadores de empresas (3,2 milhões de euros) e (xv) a formação de trabalhadores da Administração Local (1,9 milhões de euros).

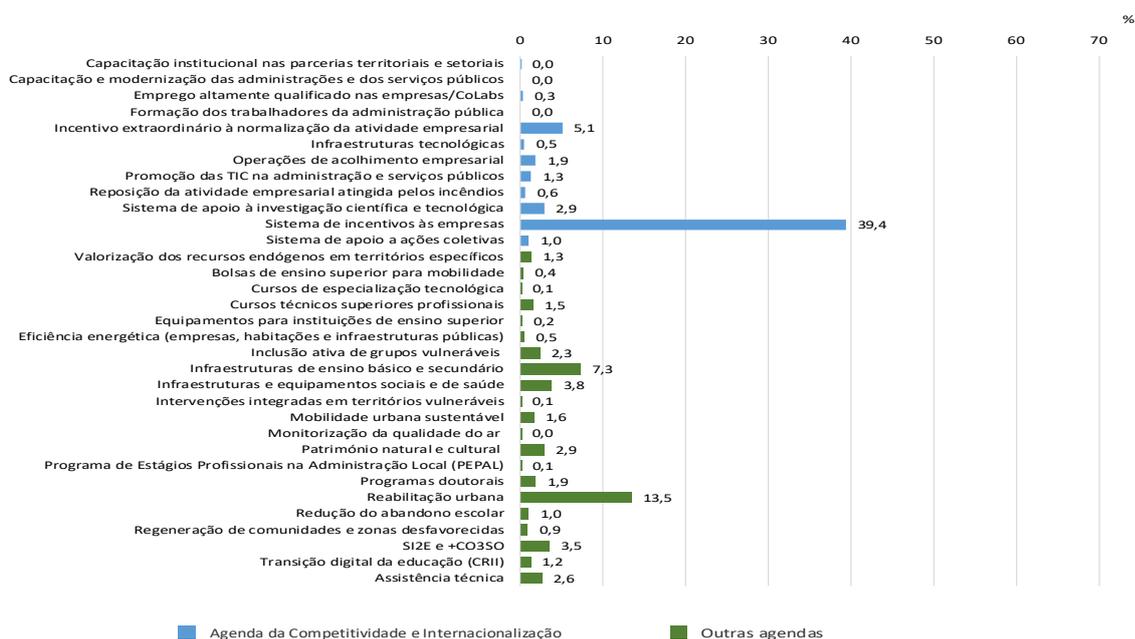
No final de 2021, o programa operacional regional tinha 111,8% da sua dotação comprometida e estavam validados 1,3 mil milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 61,1%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução diminuiu 4,5 pontos percentuais (tendência que é expectável que se mantenha à medida que nos vamos aproximando do final deste período de programação financeira), situando-se nos 50,7 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 54,7% (face ao trimestre anterior, o fundo aprovado aumentou 81,6 milhões de euros e o fundo executado 180,1 milhões de euros, o que se refletiu num acréscimo de 5,9 pontos percentuais na taxa de realização).

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1,4 mil milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (103,4%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 56,5%. O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 1,2 mil milhões de euros, correspondendo a 56,5% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		dezembro 2021	setembro 2021	junho 2021	março 2021	dezembro 2020
Execução financeira						
Despesa executada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	1.841.903	1.594.813	1.522.403	1.361.258	1.271.593
Fundo europeu	milhares €	1.317.310	1.137.231	1.085.149	949.438	879.758
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	1.361.617	1.200.327	1.135.945	999.664	940.897
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	1.216.667	1.044.651	892.530	766.637	767.346
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	111,8	108,0	101,8	96,8	88,9
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	61,1	52,8	50,4	44,1	40,8
Taxa de realização (fundo executado / fundo programado)	%	54,7	48,8	49,4	45,5	45,9
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	56,5	51,6	51,8	47,9	49,1
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo executado)	%	103,4	105,5	104,7	105,3	106,9
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	56,5	48,5	41,4	35,6	35,6

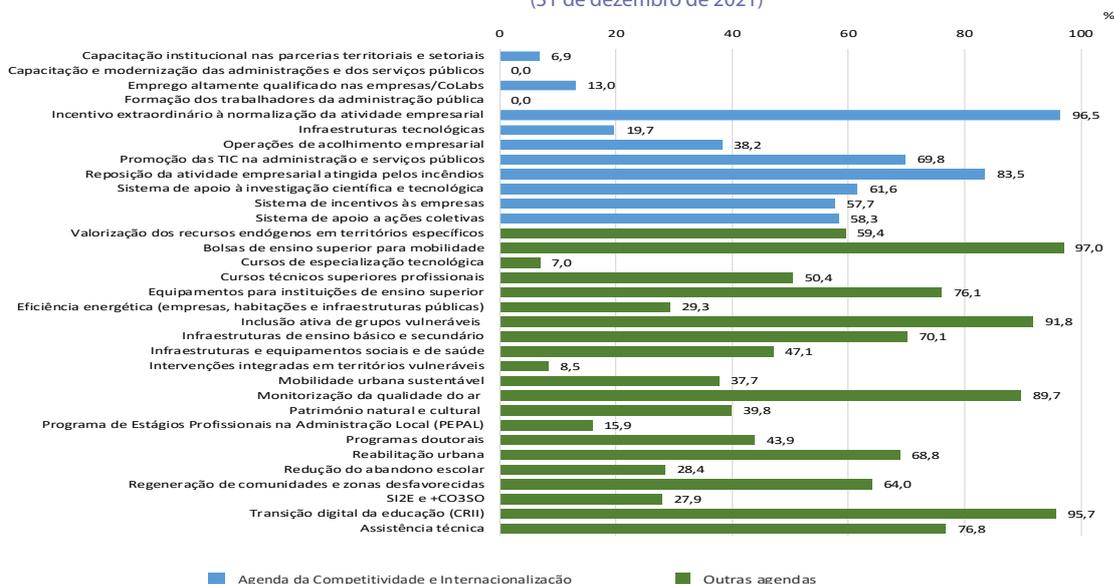
Analisando a distribuição do fundo executado por tipologias, verificava-se que o sistema de incentivos às empresas detinha a maioria do fundo executado (39,4%), seguindo-se a reabilitação urbana (13,5%) e as infraestruturas de ensino básico e secundário (7,3%). Nestas tipologias, o peso do fundo executado era até superior ao peso do respetivo fundo aprovado. Quanto ao fundo financiador, existia também uma preponderância do FEDER no volume de execução (85,7%).

Distribuição do fundo europeu executado no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



No entanto, considerando as taxas de realização, destacavam-se pelos elevados valores as bolsas de ensino superior para mobilidade (97,0%), o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (96,5%), os apoios à transição digital da educação (95,7%) e o trabalho socialmente necessário (91,8%). As tipologias com os maiores volumes de fundo aprovado e executado apresentavam taxas de realização acima da média do programa operacional regional (de 54,7%): 57,7% no total do sistema de incentivos às empresas (mas com grande diferenciação entre as taxas de realização da inovação produtiva, 66,1%, de QI PME, 43,7%, de IDT, 36,9% ou dos instrumentos financeiros, 57,8%), 68,8% na reabilitação urbana e 70,1% nas infraestruturas de ensino básico e secundário. Devido ao elevado volume de aprovações nos apoios ao emprego e empreendedorismo durante o ano de 2021, a respetiva taxa de realização situava-se nos 27,9%. A taxa de realização do FEDER ascendia a 56,8%, enquanto a do FSE se situava nos 44,4%.

Taxa de realização no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2021)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 2011 compatibilizada com a base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021, Base 2011 compatibilizada com a base 2021 e Base 1998)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 23, n.º 24, n.º 25, n.º 26 e n.º 27
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

